



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – PRODERE

ANÁLISE LOCACIONAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO
ESTADO DO AMAZONAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA
EVA

RAPHAEL NERY DA SILVA

MANAUS
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – PRODERE

RAPHAEL NERY DA SILVA

ANÁLISE LOCACIONAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO
ESTADO DO AMAZONAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA
EVA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional e
Agricultura.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Mauro Thury de Vieira Sá

MANAUS
2010

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Silva, Raphael Nery da

S586a Análise locacional da produção agropecuária no Estado do Amazonas – o caso do município de Rio Preto da Eva / Raphael Nery da Silva. - Manaus: UFAM, 2010.

74 f. il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Thury de Vieira Sá

1. Agropecuária - Amazonas 2. Agropecuária – Aspectos econômicos 3. Produção agrícola – Rio Preto da Eva I. Sá, Mauro Thury de Vieira II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 631/636(811.3)(043.3)

RAPHAEL NERY DA SILVA

ANÁLISE LOCACIONAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO
ESTADO DO AMAZONAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA
EVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Desenvolvimento
Regional e Agricultura.

Aprovado em 26 / 02 / 2010

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Sylvio Mário Puga Ferreira

Profº Drº Acelino do Carmo Canto

Profº Drº Mauro Thury de Vieira Sá
ORIENTADOR

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celeste, em primeiro lugar, em Quem sempre encontrei a força, a coragem e a perseverança necessária para enfrentar os desafios postos adiante em cada etapa da vida;

À minha família pelo apoio e estímulo nos momentos em que se abatiam sobre mim o desânimo, em especial a minha mãe, pela confiança depositada e incentivo desde o início da minha jornada acadêmica e ao meu sobrinho Vinícius, o qual em diversas ocasiões concorreu com esse trabalho por atenção, perdendo muitas vezes mas sabendo sempre competir;

Ao Prof. Dr. Mauro Thury de Vieira Sá, pela orientação, críticas e sugestões, sobretudo pela forma empregada na condução deste trabalho que se tornou providencial.

Ao Prof. Dr. Francisco Mendes Rodrigues (*in memoriam*) pelo seu jeito simples e pelas longas e profícuas conversas vespertinas;

À FAPEAM pela bolsa concedida enquanto cursava as disciplinas do mestrado;

Aos colegas da turma de 2007 do mestrado, em especial à colega e namorada Ralyne e ao colega e amigo André Vilhena, pelo companheirismo durante e após o curso;

Aos colegas da Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários/SUFRAMA, pelo apoio, todos representados na pessoa do Dr. Paulo Cal, no entanto, gostaria de particularizar um agradecimento especial ao colega Leonardo Souza que me prestou uma grande ajuda em mais de um ponto nesse trabalho;

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela oportunidade de realizar o curso.

LISTAS DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

TABELA 01 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção – Área de referência Brasil.	44
TABELA 02 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção da Região Norte.	53
TABELA 03 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção do Estado do Amazonas.	59
QUADRO 01 – Síntese de informações socioeconômicas do município de Rio Preto da Eva – Ano 2008.	31
FIGURA 01 – Distrito Agropecuário da Suframa – DAS.	32
FIGURA 02 – Matriz de informações.	37
GRÁFICO 01 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Brasil”.	40
GRÁFICO 02 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Região Norte”.	42
GRÁFICO 03 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Amazonas”.	43
GRÁFICO 04 – Efetivos de bovinos dos municípios com rebanho acima de 10.000 cabeças.	48
GRÁFICO 05 – Quociente Locacional do Valor de Produção de Aves de Rio preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.	50
GRÁFICO 06 – Quociente Locacional do Valor de Produção de Pequenos Animais de Rio preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.	51
GRÁFICO 07 – Quociente Locacional do Valor de Produção da Lavoura Permanente de Rio preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.	52

GRÁFICO 08 – Participação do Valor de Produção Animal (grande porte, médio porte e pequeno porte) e Vegetal (lavoura permanente, lavoura temporária e horticultura) por regiões brasileiras.	58
GRÁFICO 09 – Participação do Valor de Produção Animal (grande porte, médio porte e pequeno porte) e Vegetal (lavoura permanente, lavoura temporária e horticultura) por estados da região norte.	58
GRÁFICO 10 – Quociente Locacional do município de Rio Preto da Eva com referência em todo o Amazonas exceto Manaus.	63
GRÁFICO 11 – Faturamento Bruto dos principais cultivos e criações do DAS referente ao ano de 2008.	65
GRÁFICO 12 – Quociente Locacional do Valor de Produção da Aquicultura com referência no Brasil, na Região Norte e no Amazonas	66

LISTAS DE SIGLAS

ADLI – *Agricultural Development Led Industrialization*
APL – Arranjo Produtivo Local
DAS – Distrito Agropecuário da SUFRAMA
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAM 2008 – Pesquisa Agrícola Municipal 2008
PIB – Produto Interno Bruto
PPM 2008 – Pesquisa Pecuária Municipal 2008
PRONAF– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QL – Quociente Locacional
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
VA – Valor Adicionado
VP – Valor de Produção
ZFM – Zona Franca de Manaus

RESUMO

Uma etapa muito importante na definição de ações que visem dinamizar e fomentar a economia de uma localidade é a identificação de potencialidades, ou seja, os recursos econômicos disponíveis, mas não plenamente utilizados. Desse modo, uma das pretensões que se objetivou alcançar com este trabalho foi à reunião de elementos que pudessem servir de auxílio para identificação das potencialidades no município de Rio Preto da Eva, notadamente, no segmento agropecuário, cuja escolha como objeto de estudo da presente análise se dá em razão, principalmente, da proximidade geográfica entre Manaus e Rio Preto da Eva, visto que suas estruturas produtivas diferenciadas sugerem a existência de uma relação de complementaridade econômica entre as duas cidades. A elevada demanda por produtos agropecuários em um grande centro consumidor de uma região suscita a formação de mercados periféricos produtores de tais bens, haja vista que o setor agropecuário depende de forma acentuada do fator fixo de produção terra, portanto, seu crescimento está condicionado a busca de novas áreas cultiváveis, conforme teorizam os estudiosos da Nova Geografia Econômica (NGE). Assim, deduz-se que a incapacidade do mercado de Manaus em manter-se num nível que atenda sua demanda interna, induz ao estabelecimento de novos empreendimentos agrícolas em zonas contíguas ao seu território por conta das vantagens no transporte do excedente gerado na periferia, no caso, no município de Rio Preto da Eva. Isto posto, com base em métodos de análise regional, especificamente, por meio da obtenção dos Quocientes Locacionais tanto setoriais, quanto de determinadas categorias de produção agropecuária, buscou-se identificar padrões de concentração de atividades econômicas em Rio Preto da Eva que permitissem visualizar indicativos de complementaridade com a economia de Manaus, bem como identificar os segmentos do setor agropecuário mais dinâmicos em relação aos todos os municípios amazonenses. Com base nos resultados, verificou-se que Rio Preto da Eva apresentou um Quociente Locacional mais elevado do setor agropecuário e baixo para o setor industrial e de serviços, ao passo que Manaus apresentou um elevado Quociente Locacional para Indústria e Serviços e baixo com relação ao setor agropecuário. Com relação às produções agropecuárias, destacaram-se os Quocientes Locacionais para criação de aves, criação de pequenos animais, culturas da lavoura permanente, horticultura e piscicultura.

Palavras Chaves: Quociente Locacional, Mercado Periférico e Setor Agropecuário

ABSTRACT

A very important step in the establishment of the actions in order to foment and dynamize the economy of a community is the identification of its potentialities. One of the objectives of this work is to gather the elements which could be helpful to the identification of those potentialities in the municipality of Rio Preto da Eva, concerning specially to agriculture. The subject of this work has been chosen due to the geographical proximity between the two cities, Manaus and Rio Preto da Eva, and considering that the differentiated productive structures suggest the existence of an economic complementarity relation among these cities. The growing demand for agricultural products in a regional great consuming center stimulates the formation of peripheral producing markets of such goods, but, considering that this activity depends directly upon the fixed production capacity of the soil, consequently its growing is linked to the availability of new areas for crops, according to the theory of the New Economic Geography. Thereof we may deduce that Manaus market incapacity to maintain and supply its internal demand for agricultural products will be inducing the establishment of new entrepreneurial agricultural activities located in areas in the vicinity of the main market, due to the advantages and availability of road transport to and from the municipality of Rio Preto da Eva. Given this, based in regional analyzes methods, specifically, through the identification of sectorial and specific agricultural production categories Location Quotients (LQ), we have tried to identify concentration patterns to the economic activities in Rio Preto da Eva which allow the visualization of complementarity indicatives with Manaus's economy, as well to identify the more dynamic agricultural sector segments with relation to all other Amazonas municipalities. Based on the results, it has been verified that Rio Preto da Eva presented a higher Location Quotient for the agricultural sector, and lower for the industry and service sectors, while Manaus, has a higher LQ for the industry and service, and lower regarding the agricultural sector. Regarding the agricultural production, the most important Location Quotients are related to poultry, pig, sheep, goat and fish farming; olericulture, and long term cultures.

Key Words: Location Quotients, Agricultural Sector and Peripheral Markets

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA	13
1.2 HIPÓTESE.....	13
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Geral	13
1.3.2 Objetivo específico:	13
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	14
2 MARCO CONCEITUAL	15
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO	15
2.2 AGROPECUÁRIA E ECONOMIA BRASILEIRA	23
3 METODOLOGIA	30
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA	31
3.2 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL	33
4 RESULTADOS	40
4.1 ASPECTOS DA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE MANAUS E RIO PRETO DA EVA. 40	
4.2 QUOCIENTE LOCACIONAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.....	44
4.3 O CASO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA.....	64
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Na definição de políticas públicas voltadas ao fomento e dinamização da economia de uma determinada região, toma relevo a etapa de identificação de potencialidades locais. Potencialidade, na visão de Kohlhepp (1989), seriam os recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas muitas vezes disponíveis, mas não utilizados ou parcialmente utilizados, cujas características, sugerissem e estimulassem a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica, levando em conta os limites e as características sócio-econômicas da área.

Com esse objetivo, o presente trabalho tem como pretensão, apontar referências de oportunidades e potencialidades para o município de Rio preto da Eva, passíveis de estímulos por políticas públicas, precisamente, dentro do segmento agropecuário.

Isto posto, cabe esclarecer que o motivo pela escolha como objeto de estudo da presente análise ser o segmento agropecuário de Rio Preto da Eva, ocorre em razão da proximidade geográfica entre o citado município e a capital, Manaus, de modo que a localização contígua ao maior centro consumidor do Amazonas, contribuiu em boa medida na formação da estrutura produtiva da localidade em questão.

É importante também aventar que o município de Rio Preto da Eva tem contido em uma porção de seu território uma parcela considerável do Distrito Agropecuário da SUFRAMA - DAS¹, portanto, o município compartilha com infra-estrutura criada mediante a

1 A estratégia de dinamização do setor agrícola via implantação do DAS, baseou-se na alienação de terras públicas a preços subsidiados como forma de incentivo a implantação de projetos agropecuários. Entre os objetivos pretendidos com sua criação, um deles remete a obtenção de um modelo para a ocupação das terras firmes na Amazônia Ocidental, o abastecimento do mercado de Manaus, a produção gêneros exportáveis, e ainda, a inserção de uma tradição agrícola na região. Por meio de tais ações pretendia-se, à época, dinamizar o setor primário no estado, visto que 56% de toda renda gerada em Manaus era canalizada para a importação de alimentos (SUFRAMA, 1983).

implantação do referido distrito, o qual tem sua concepção assentada no Decreto-Lei 288/67², que descrevia a pretensão de criar no interior da Amazônia um centro agropecuário, além do industrial e comercial.

1.1 PROBLEMA

A demanda no mercado de Manaus por bens agropecuários pode ter ocasionado a formação de um mercado periférico em Rio Preto da Eva, cujo excedente da produção agrícola seja destinado ao abastecimento da capital, em razão desta ser maior centro consumidor do estado?

1.2 HIPÓTESE

A localização de Rio Preto da Eva em relação à Manaus lhe confere grandes vantagens no escoamento da produção agropecuária para o mercado central do estado do Amazonas, e ainda, considerando as estruturas produtivas distintas das duas localidades referidas anteriormente, é razoável supor que tenha se estabelecido uma relação de complementaridades de suas economias.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Verificar se a economia do município de Rio preto da Eva guarda relações de complementaridade com a economia dos demais municípios do estado do Amazonas.

1.3.2 Objetivo específico:

- Identificar especializações produtivas setoriais no município de Rio Preto da Eva em relação à Manaus;

² No escopo das políticas formuladas após o golpe militar de 1964, consubstanciadas no que se denominou de Operação Amazônia, destaque-se a criação da Zona Franca de Manaus – ZFM, que dentre outros objetivos, conforme se observa no Art. 1º, do Capítulo 01, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, indicou a pretensão de instalar na Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário.

- Identificar, dentro do segmento agropecuário, as especializações produtivas de Rio Preto da Eva em relação aos demais municípios do estado do Amazonas.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Inicialmente será delineada uma síntese dos principais pontos sobre a importância da agricultura e sua interdependência com outros segmentos da economia, bem como serão colocadas ponderações de diversos autores no que se refere à importância da agricultura para o Brasil, destacando o seu papel no processo de desenvolvimento, os aspectos relacionados à agricultura familiar e agropecuária na Amazônia.

Na seção de material e métodos serão fornecidos maiores detalhes do objeto que se pretendeu investigar, bem como a definição e metodologia aplicada na obtenção do indicador de análise (Quociente Locacional) e as fontes das informações utilizadas.

Posteriormente, na parte de Resultados e Discussões, serão descritos os indicadores obtidos, destacando-se os mais relevantes no formato de tabelas e gráficos, e, finalmente, serão apresentadas as conclusões com base nos resultados obtidos.

2 MARCO CONCEITUAL

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO

A ênfase na indústria como dínamo do crescimento econômico, colocou em segundo plano os aspectos relacionados à importância de uma estrutura agropecuária consolidada em um País. A agricultura tem seu papel a cumprir tanto em economias que estão longe de ingressarem em um processo de desenvolvimento econômico, quanto em economias com maior foco na indústria, seja como fornecedora de insumos, seja como agente mantenedora de baixos custos de produção via diminuição no custo de vida pelo fornecimento mais eficiente de gêneros alimentares.

Segundo Bacha e Brugnaro (2009) a participação da agropecuária no PIB mundial tem sido declinante ao longo dos anos. Uma das explicações para o declínio da participação da agropecuária no PIB é o crescimento da renda per capita, em que os indivíduos passaram a demandar outros bens além de alimentos, visto que a quantidade consumida de alimentos já está em um patamar desejado pela população possuidora de um nível de renda elevado, e ainda, a perda da importância relativa da agropecuária como geradora de emprego decorre do intenso processo de urbanização que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico é requisito fundamental, porém, não suficiente ao processo de desenvolvimento econômico. Esta questão, não tem sido levada em conta na análise da evolução da agropecuária, em face da importância exacerbada do fator crescimento econômico em detrimento dos aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico (FREITAS; BACHA e FOSSATI, 2007).

Conceição e Conceição (2009) colocam que nas fases iniciais do processo de desenvolvimento, a agricultura é o setor que mais utiliza os recursos econômicos de um país, ao mesmo tempo em que contribui na formação da renda nacional. A agricultura se relaciona com os outros setores da economia da seguinte forma: Transferência de recursos produtivos

(força de trabalho do setor agrícola para o setor não agrícola e formação de capital); Criação de mercado; Mudanças nos termos de intercâmbio; Geração de divisas; e Produção de matérias-primas e alimentos.

Sarris (2001) argumenta que nos primeiros estágios do desenvolvimento, é patente a contribuição da agricultura, e ainda, sua importância ganha relevo em decorrência do avanço na saúde pública, visto que se acentua a sua função de produzir alimentos à população crescente, esse processo também pode ser visualizado com a elevação da renda. Além disso, uma agricultura eficiente ao manter em determinado nível a oferta de alimentos, diminui a pressão salarial no mercado de trabalho. Segundo o autor, o pensamento e a prática do desenvolvimento nos anos sessenta e setenta tenderam a negligenciar a agricultura como um setor de importância primordial, enfatizando a industrialização com vistas à substituição de importações e a promoção das exportações.

O autor acrescenta que somente no fim dos anos setenta e no início da década de 1980 que o papel da agricultura como setor líder foi novamente abordado na literatura sobre desenvolvimento, onde diversos autores enfatizaram a importância do crescimento agrícola para a geração de demanda por produtos locais não comercializáveis, e assim estimulassem a produção e o crescimento em geral. Esta estratégia foi chamada Industrialização Conduzida pela Demanda Agrícola (ADLI), e se baseia na construção de um mercado interno de consumo de massa através da melhoria da produtividade da agricultura e dar oportunidades para que os agricultores compartilhem os frutos da produtividade aprimorada. Os vínculos de demanda gerados pelos agricultores, especialmente os de pequena renda, são mais fortes com as indústrias domésticas e com os setores não agrícolas internos de baixa intensidade de capital. A estratégia defende porções maiores de investimento alocadas à agricultura, como reação às taxas de retorno mais altas do setor. Assim, as alocações de investimento são transformadas em funções das taxas relativas de retorno, e a estratégia ADLI se baseia na

observação de que os retornos sobre investimento são mais altos na agricultura do que nos setores não agrícolas em alguns estágios de desenvolvimento. Computou-se para adiante e para trás multiplicadores para a agricultura e para os setores não agrícolas para uma variedade de países em desenvolvimento e desenvolvidos, e organizou-os como funções do PIB *per capita*. Foi mostrado que os multiplicadores para trás da agricultura são muito maiores do que os multiplicadores para adiante em todos os níveis de desenvolvimento, e, além disso, eles crescem passando por diferentes países, desde aqueles com baixo PIB *per capita* até que o PIB *per capita* atinja níveis médios de desenvolvimento (cerca de 2.500 – 3.000 US\$). O multiplicador para trás funciona examinando a implicação de uma unidade adicional de renda para estabelecimentos agrícolas familiares. Implica aumento de despesa por parte dos estabelecimentos agrícolas familiares em produtos não agrícolas e, portanto, aumento de renda para estabelecimentos familiares não agrícolas, e, através de um efeito secundário, mais despesas com bens não agrícolas. O multiplicador para adiante funciona através da demanda pela agricultura de insumos do setor não agrícola e depende de efeitos renda. A conclusão de que o multiplicador para trás da agricultura é bastante grande dá apoio à visão segundo a qual o crescimento agrícola contribui consideravelmente para o crescimento econômico geral através do efeito de vinculação da demanda. O autor argumenta que o fato de ter vínculos fortes para trás e vínculos fracos para adiante torna a agricultura um candidato a ser o setor líder numa estratégia de crescimento econômico.

O progresso técnico na agricultura, pressupondo-se não haver qualquer descoberta de novas terras, o que afeta a taxa de crescimento da mesma maneira que o progresso técnico minimizará a limitação sobre o crescimento industrial, e é somente isso que o fará. Em outras palavras, o progresso técnico na indústria só afeta os termos de troca internos, mas não a taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo da economia. O comércio internacional age de modo a proporcionar, através das exportações, uma fonte adicional de demanda para a

produção industrial, além da demanda interna que provém do crescimento agrícola. Assim, a taxa de crescimento da demanda por produção industrial se torna uma média ponderada das taxas de crescimento da demanda interna e da demanda por exportações. Na medida em que a demanda por exportações passa a dominar a demanda interna por produção industrial, a taxa de crescimento da indústria se torna externamente limitada a uma taxa que é independente da taxa de crescimento da demanda que provém do setor agrícola, e este é um momento decisivo na história do país. Assim, espera-se que um setor agrícola saudável seja o vetor por detrás do crescimento industrial nos estágios iniciais, superado pelo crescimento das exportações nos estágios posteriores. Neste sentido, o modelo reforça o reconhecimento tardio da importância da agricultura nos estágios iniciais do desenvolvimento, e apóia a teoria do crescimento conduzido pelas exportações nos estágios mais avançados (THIRLWALL *apud* SARRIS, 2001, p. 27).

Na concepção de Bittencourt (2000) há uma acentuada interdependência entre a indústria e a agricultura, sendo assim, estes setores não podem ser analisados, dependendo do critério estudado, separadamente, pois o processo de planejamento de políticas de desenvolvimento na maioria dos países tem sido pela vertente urbana, em detrimento do meio rural e da agropecuária, isso em razão deste último ser considerado o setor de baixa produtividade, por outro lado, a ênfase na indústria tem sido apontada como responsável pelo crescimento econômico, contudo, incapaz de atingir os estratos mais pobres da população dos países em desenvolvimento.

Ramos (2009) aponta como diferenças entre os setores o fato de que, enquanto a indústria tem o condão de se ajustar com certa agilidade às mudanças na conjuntura de mercado, ampliando sua produção corrente, a agricultura só poderá ajustar-se na safra seguinte. Essa peculiaridade da agropecuária contribui, para que, na prática, não se aplique de modo implacável, a concepção liberal na economia, na qual o mercado se encarregaria de

alocar eficientemente os recursos, razão pela qual, torna-se incontestável, a necessidade de que se formule e aplique mecanismo de intervenção.

Outra diferença, na visão de Rodrigues, Teixeira e Castro (2007), a agricultura difere de outros setores da economia por depender mais da terra, já que utiliza extensões maiores desse bem e o seu valor é, normalmente, superior em relação ao capital (variável e fixo) encontrado em outras atividades econômicas. Mesmo que algumas atividades não necessitem de uma área tão extensa, em virtude de serem intensivas em capital ou trabalho, a área disponível é uma variável importante.

Com relação à expansão do setor industrial, Sarris (2001) lembra que tanto na aquisição de matérias-primas quanto de bens de capital, percebe-se o papel da agricultura como sendo relevante, haja vista o fato de que para importar bens de capital, o país deve ter divisas, estas são obtidas por meio da exportação de produtos primários, o que requer a intensa utilização dos fatores – Terra, Trabalho e Capital. Face ao exposto, o autor acrescenta que nos países subdesenvolvidos, nos quais, a atividade agrícola representa entre 40% a 60% da renda, uma taxa razoável de crescimento, não poderá ser obtida sem a contribuição da agricultura para a formação de capital necessário ao seu desenvolvimento e também dos demais setores da economia.

As inter-relações entre os dois setores se dão porque o crescimento do setor não-agrícola aumenta a demanda por produtos do setor primário. Os produtores rurais, por seu turno, passam a consumir maiores quantidades de insumos agrícolas produzidos nas fábricas (BITTENCOURT, 2000).

Quanto ao mercado de trabalho, o autor acima referido, sustenta que as inter-relações são mais acentuadas, o desenvolvimento industrial aumenta a demanda por mão-de-obra, inclusive do setor agrícola. E ainda, discrimina quais as políticas que promovem efeitos adversos sobre a agricultura, a saber, a atividade industrial voltada principalmente para

substituição de importações; protecionismo tarifário em favorecimento à indústria nascente; sobrevalorização da taxa de câmbio; e políticas de crédito e fiscal para estimular a indústria. Tais políticas, explana o autor, geram como conseqüências a penalização da agricultura no tocante ao comércio internacional; falha na capacidade de desenvolver insumos novos e modernos; preços não competitivos dos produtos agrícolas em função da sobrevalorização da taxa de câmbio; baixa capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial, pois a sobrevalorização cambial e às taxas de juros no mercado de capital contribui em parte, para a implantação de um setor industrial com uso intensivo de capital. Além disso, as imperfeições no mercado de trabalho e a migração rural contribuem para esta realidade; e finalmente, a alta concentração de renda. Ainda sob o prisma do mercado de trabalho, Sarris (2001) expressa que uma vez que a parte principal do custo de produção do setor não agrícola é a mão de obra, e que os salários num país em desenvolvimento parecem corresponder ao custo dos alimentos, os lucros do setor não agrícola podem aumentar mantendo-se o preço dos alimentos em níveis mais baixos.

Segundo Ramos (2009) existem certas peculiaridades dos bens agropecuários, inclusive os processados, como por exemplo, a baixa elasticidade, tanto pela vertente do preço da demanda quanto da renda. Isso significa quedas de preços e elevações na renda dos consumidores não se traduzem no aumento da demanda desses bens. Destarte, os fatores determinantes da ampliação do consumo dos produtos agropecuários são, em grande parte, dependente do crescimento populacional ou mudanças na forma de distribuição de renda de uma economia, neste particular, quando da existência de uma boa parcela da população que não possui suas necessidades básicas, no que se refere à alimentação, sendo satisfeitas. O autor explica também que não é salutar a aplicação do princípio da divisão do trabalho na agropecuária, explica a vantagem da produção conjunta de diversos bens agropecuários, pois, desse modo, há o melhor aproveitamento de equipamentos e mão-de-obra, evitando a

ociosidade de um fator ou outro. Outro ponto positivo desse tipo de abordagem é a não dependência do mercado ou do preço de um único produto agropecuário. Isto posto, conclui o autor, são as atividades agropecuárias, salvo em alguns casos, caracterizadas pela economia de escopo em vez de economia de escala, não deixando de considerar, contudo, às exceções, como no caso da compra de insumos em grandes quantidades.

O caso da agropecuária é particularmente importante porque se trata do terceiro subsetor com maior geração de ocupações quando objeto de acréscimos na respectiva demanda final. Ferreira *et al*, 2006 estimaram que um incremento de R\$ 10 milhões (preços médios de 2003) na produção setorial implicaria a geração de 828 ocupações na agropecuária, enquanto artigos de vestuário e serviços prestados às famílias gerariam 1.000 e 1.080 ocupações sob a mesma hipótese, respectivamente.

Ademais, argumenta o autor, há que se destacar também que a compreensão da agricultura enquanto setor estratégico para a economia nacional deve contemplar ao menos duas de suas principais esferas socioeconômicas: a da agricultura empresarial e a da agricultura familiar³.

3 Veiga (2001) enfatiza que a economia familiar costuma a ser muito diversificada. Este dilema entre diversificação e especialização, que marcou tanto a Revolução Industrial, também se manifesta no âmbito rural. Em ambos os casos, a maior eficiência no uso dos recursos resulta da exploração da economia de escala, economias de escopo e custos de transação. As economias de escala são as que permitem a redução do custo unitário de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional em sua produção e/ou distribuição. Economias de escopo são obtidas quando um mesmo esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadorias. Finalmente, os custos de transação são aqueles embutidos na transferência de mercadorias e serviços entre diferentes unidades operacionais. A vantagem que se pode obter com mais especialização ou mais diversificação advém das possíveis combinações desses três ingredientes. Isso vale tanto para uma empresa quanto para uma região. A instabilidade dos mercados e dos preços no nível do produtor também é um ponto de estrangulamento importante, em particular para os sistemas que exigem investimento significativo (pelo menos em relação à capacidade dos agricultores), incorrem em custos operacionais elevados e não estão inseridos contratualmente na cadeia agroindustrial. Em geral, os agricultores familiares enfrentam, em condições de relativa desvantagem, a concorrência de produtos importados e/ou de grandes produtores que se beneficiaram de subsídios no passado e que ainda hoje têm acesso privilegiado aos serviços e canais de comercialização. Em muitos casos, esta inserção privilegiada chega a anular as eventuais vantagens competitivas da agricultura familiar, advindas da redução dos custos de transação, do menor custo de gestão da mão-de-obra em relação ao trabalho assalariado em atividades intensivas em trabalho e em atenção, e da produtividade mais elevada do trabalho familiar (LINHARES, 2002).

A agropecuária depende firmemente da natureza e da sazonalidade, o que se reflete numa certa rigidez de sua produção, tanto para responder às mudanças nas condições de mercado, como para organizar seus fluxos de produção e financeiros com vistas à redução da necessidade de capital de giro, melhor aproveitar as oportunidades ou se proteger das flutuações dos mercados. Na indústria, por exemplo, é possível utilizar as receitas correntes para cobrir parte dos gastos correntes, na agropecuária, despesas e receitas se realizam em períodos diferentes. Portanto, a necessidade capital de giro da agricultura é proporcionalmente mais elevada que na indústria, motivo pelo qual, torna-se imperioso que as políticas de crédito rural coloquem a disposição desses produtores rurais recursos em condições compatíveis com as especificidades do setor (RAMOS, 2009).

Na concepção de Alves, Lopes, Contini (1999) a crise da agricultura tem duas componentes: uma permanente e outra transitória. A componente permanente diz respeito à produção e ao crescimento de suas taxas, mais elevadas que as da demanda, em função de a Revolução Verde ter se disseminado por todo o mundo. Diante dessa realidade, apenas a África tem déficit de produção em relação às necessidades alimentares. É verdade que há grandes importadores de alimentos, mas são também exportadores, especializando-se em produtos com vantagem comparativa. Como consequência do maior crescimento da produção relativo à demanda, os preços dos alimentos – incluindo os que nutrem animais –, caíram para um nível tal que o lucro dos produtores tornou-se muito pequeno ou inexistente. Em escala mundial, a tecnologia é responsável por esse quadro, que tende a permanecer. Como o lucro é diminuto, variações climáticas e caprichos da política econômica põem os produtores no vermelho, gerando a insolvência, a revolta e a depressão nos municípios que dependem da agricultura, e aí está a grande maioria deles. A componente transitória da crise está amarrada à política econômica – tanto à nacional como à internacional – e a eventos climáticos. A queda dos preços dos produtos da agropecuária reflete-se na remuneração dos trabalhadores e dos

insumos. O salário rural perde competitividade em relação ao urbano, o que estimula o êxodo rural da mão-de-obra. A queda de preços dos insumos reduz a remuneração da agroindústria e por essa porta entra o desemprego urbano. Assim, a política econômica tem que ajudar a agricultura a se ajustar à componente permanente da crise e jamais contribuir para que a componente transitória se instale.

2.2 AGROPECUÁRIA E ECONOMIA BRASILEIRA

Conforme Silva (1980), partir de 1950, foram desenvolvidas técnicas que possibilitaram o maior aproveitamento e produtividade da terra com a finalidade da produção de alimentos, o que caracterizou o início de uma nova fase na agropecuária com o largo uso da motorização, mecanização do cultivo e utilização de produtos químicos nas atividades agrárias, foi o que se denominou “Revolução Verde”⁴. No caso do Brasil, informa o autor, esse fenômeno iniciou-se a partir dos anos 70 com o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, tratores e colheitadeiras no campo, além do uso de vários insumos com o fito de aumentar a produtividade da terra e do trabalho.

Palmeira (1989) aduz que a opção pela modernização conservadora apoiou-se no papel estratégico da especulação financeira e da importância atribuída à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país. E ainda, as vantagens oferecidas pelas políticas de modernização beneficiavam os latifundiários tradicionais e também outros setores da economia para os quais, o campo, passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento. Grandes grupos entraram na produção agrícola e agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terra, contando não apenas com a sua

4 Carneiro (1997), relata que o modelo produtivista subjacente à “Revolução Verde”, ocasionou efeitos negativos na agricultura, visto que, a despeito dos efeitos positivos em termos de competitividade, o aumento da produtividade ocasionou rápida queda dos preços dos produtos, em alguns casos, aquém do custo de produção.

valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos⁵ para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas naquele momento.

A modernização da agricultura brasileira favoreceu o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total, com base nesta ilação, o autor defende que o aumento generalizado da pobreza no campo pode ser percebido como algo decorrente do processo de modernização, pois a expansão da grande propriedade com a mecanização e utilização de agroquímicos diminui a necessidade de mão-de-obra (BALSAN, 2006). A autora refere-se à modernização como conservadora por esta configurar-se num processo de pobreza intensificado pela distribuição desigual da terra e de outros bens, com a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada, ou seja, o favorecimento às propriedades patronais.

Reydon e Plata (2001) explanam que o processo de modernização da agricultura associada à introdução de um conjunto de inovações tecnológicas aumentou a produtividade da terra e, conseqüentemente, seu preço. O preço da terra⁶ foi em parte também influenciado pela grande demanda por alimentos pelo mercado nacional e internacional, além do que, potencializaram-se as expectativas de ganhos produtivos e especulativos da terra, visto que a

5 Ramos (2009) argumenta que, após o golpe de 1964, surgiu no Brasil uma nova modalidade de ganho com a terra, além da especulação, qual seja, os incentivos fiscais e a política de crédito agrícola subsidiado. No caso dos incentivos fiscais, havia a redução do pagamento de imposto de renda para os proprietários de terras que implementassem projetos agropecuários na região da SUDAM. Até o final dos anos de 1970, a mais intensa ocupação ocorreu em Mato Grosso e no Pará. Em seguida, a ocupação partiu para o Maranhão e o Amazonas e, posteriormente, Rondônia e Acre. Quanto à política de crédito agrícola subsidiado, no período de 1967 a 1985, em razão da pouca fiscalização, houve a apropriação de seus benefícios. Assim, a propriedade de terra possibilitava aos seus proprietários ganhos expressivos.

6 Os autores enfatizam que a observação do preço da terra permite avaliar os efeitos dos planos do governo de estabilização do mercado, por meio dos planos antiinflacionários, pois a alteração nas expectativas dos agentes econômicos interfere na oscilação da dinâmica do preço da terra rural. A terra, segundo os autores, é um ativo que consegue na maioria das vezes, conservar seu valor. Portanto, quando há inflação, os agentes econômicos demandam ativos com essas características para proteção contra inflação. Assim, a demanda por terra é determinada após sua comparação com outros ativos reais ou financeiros, pelas suas rendas produtivas e sua valorização, expresso pela facilidade de sua revenda, ou seja, pela sua liquidez. Após o Plano Real, que trouxe certa estabilidade à economia, e, por conseguinte, no mercado de terras, ocorreu a redução da demanda por terra, significando de um lado a diminuição do uso da terra como reserva de valor, por conta do fato de que, com a redução da inflação, tornou-se mais atraente o mercado financeiro.

a terra agrícola converteu-se em um ativo líquido⁷, o que facilita seu uso como reserva de valor pelos seus proprietários (uso não produtivo). Portanto, as políticas de intervenção no mercado da terra são uma necessidade permanente e devem procurar restringir sua excessiva liquidez, por meio do aumento de seu custo de manutenção via tributação como instrumento para tolher seus movimentos especulativos, entre outros.

Souza e Lima (2003) enfatizam que entre as décadas de 60 e 70, ocorreu no Brasil a intervenção planejada, cujos objetivos de suas políticas agrícolas seriam a expansão da oferta agrícola, expansão e diversificação das exportações e assegurar a normalidade do abastecimento doméstico. O crédito rural subsidiado foi o eixo central dessas políticas, que incluíam também os programas de pesquisa econômica e extensão rural via EMBRAPA e EMBRATER. Sendo o crédito rural subsidiado um dos seus principais indutores, ocorreram grandes alterações na forma de produzir com uso de diversas inovações tecnológicas. Todavia, o autor coloca que o padrão tecnológico implantado direcionou-se basicamente para expansão do complexo agroindustrial não sendo absorvido pelos pequenos produtores. Com relação ao crédito, os maiores benefícios foram para a região centro-sul em detrimento do norte-nordeste. O conjunto de medidas da época acabou por incentivar a concentração fundiária, além de beneficiar atividades e regiões específicas em favor da grande produção, e ainda, as políticas voltadas para extensão rural, por concentrar-se em áreas geográficas e nos

⁷ Ramos (2009) acrescenta ainda, que a liquidez da terra é um atributo muito apreciado pelos agricultores, embora eles utilizem a terra para produção, isto não impede que olhem para sua propriedade como um ativo que proporciona certo nível de segurança para sua família ante qualquer imprevisto futuro. Por outro lado, a demanda de terras para uso especulativo está fundamentalmente determinada pela sua liquidez, em razão de que ela serve como reserva de valor, além de ser facilmente negociada sem perdas em uma operação de venda. Isto não impede, porém, que os agentes que demandam terra para uso especulativo decidam colocá-la a venda ou usá-la produtivamente ante uma expectativa de mudança, por exemplo, um aumento em seus custos de manutenção que diminua sua liquidez.

Na economia de mercado, os proprietários de riqueza obtêm ativos diversos com vistas a resguardarem-se das incertezas existentes na economia. Portanto, visando se anteciparem a alterações na conjuntura dos mercados, optam por adquirirem ativos que lhe dêem maiores retornos líquidos. Assim, a terra por suas características adquire um caráter atraente como garantia para o crédito e como reserva de valor (RAMOS, 2009).

produtos de resposta mais rápidas aos incentivos, marginalizou a parcela dos produtores de baixa renda.

Até 1989 a economia brasileira estava relativamente fechada às transações internacionais, além do que, lançava-se mão de tarifas protecionistas que trouxeram prejuízos à agropecuária, setor que era competitivo em termos internacionais, principalmente por conta da sobrevalorização da taxa de câmbio e redução do preço relativo dos produtos de exportação (HOMEM DE MELO, 2002).

O autor indica que o quadro alterou-se a partir de 1990 com o Governo Collor, onde as tarifas foram gradativamente reduzidas, portanto, tornava mais aberta à economia nacional.

Homem de Melo (2002) complementa que a redução das tarifas, proteção típica de um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, a rigor, deveria ter beneficiado o setor agropecuário em razão da desvalorização da taxa de câmbio, porém, o que ocorreu durante os anos noventa foi um acentuado período de dificuldades para a agricultura brasileira.

Tal qual boa parte dos países do resto do mundo, no Brasil, houve uma tendência declinante na participação da agricultura na economia, contudo, a partir de meados da década de 90, esse quadro foi revertido. Esse fenômeno, na concepção do autor, foi resultado de 03 fatores: aumento da produtividade na agropecuária⁸; aumento na relação preços agrícolas / preços industriais e aumento da relação preços recebidos / preços pagos na agropecuária. (BACHA e BRUGNARO, 2009).

8 Os autores referidos no parágrafo anterior assinalam ainda, que no período de 1986 a 1993, ocorreu redução de área e crescimento da produtividade, a área colhida foi reduzida. Neste sentido, o fator produtividade passou de aproximadamente 6500 kg/ha para 8000 kg/ha em 1993. Como resultado desse fato, houve o aumento da participação da agropecuária no PIB entre os anos de 1990 a 2004. Gasques e Verde (1990), Gasques et al. (2004) também colocam que passou a ocorrer o aumento da produtividade na agropecuária a partir de meados da década de oitenta.

Na atualidade, um ponto que restringe a continuidade do crescimento da agropecuária no Brasil, segundo Wanderley (2000), é a sua estrutura fundiária por inibir o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, o que se reflete também no que toca a temática sobre igualdade social.

O governo brasileiro, ao longo dos anos, tem interferido nos mais diversos aspectos do mercado agrícola, como no caso do controle de preços, no estabelecimento de cotas de exportação e importação, na diminuição de preços mínimos de garantia, na aquisição e venda de produtos agrícolas, no financiamento da comercialização, entre outros (ALVES, 2008).

A escassez de ativos da população rural do Brasil obsta a interiorização do crescimento econômico. E ainda, o acesso a terra é um fator que atua no sentido de reduzir a pobreza na medida em que se faz acompanhar de mudanças na conjuntura institucional local e regional que favoreçam a valorização do meio rural (ABRAMOVAY, 1999). O autor também levanta que o desenvolvimento rural não ocorrerá mediante a dinâmica das forças do mercado, mas da elaboração de políticas capazes de promovê-lo. Um resultado muito positivo do fortalecimento do meio rural está na descentralização do crescimento econômico e fortalecimento das cidades médias, este é um fenômeno em contraposição ao que o autor conceitua como “viés urbano do desenvolvimento” pelo qual os investimentos públicos passam a se concentrar em regiões as quais se dirigem os migrantes, este, por sua vez, acabam por sair de seus locais de origem por conta das condições precárias.

No mercado de terras⁹ a elevada concentração fundiária atua como fator restritivo na oferta de terras e pelo lado da demanda potencial, um grupo significativo de produtores da agricultura familiar, dos agricultores que não possuem terras e dos marginalizados no processo de modernização da agricultura e da indústria (REYDON e PLATA, 2001).

⁹ Polany (apud RAMOS, 2009, p. 27) aponta que o uso da terra para fins especulativos decorre do fato de os mercados de terras integrarem-se a economia dos mercados, este, por seu turno, segundo o autor, é o sistema econômico controlado, regulado e dirigido para os mercados. Esse tipo de economia tem origem na expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários.

Guanziroli (2001) acrescenta que a agricultura familiar¹⁰ gera mais ocupações que a agricultura patronal, utiliza de forma mais eficiente os recursos escassos, a saber, terra, trabalho e capital, e irradia mais desenvolvimento local. Com vistas a fundamentar sua argumentação faz alusão aos indicadores de desenvolvimento humano dos municípios do sul do país, os quais apresentam a estrutura de distribuição da terra menos concentrada e onde prepondera a agricultura familiar. Afirma também que 85,2% dos estabelecimentos agropecuários são explorados por produtores familiares, os quais utilizam pelo menos 50% de mão de obra da própria família, e ainda, a agricultura familiar ocupa 30,5% das terras

¹⁰ Ramos (2009) e Schneider (2003) apontam que o governo brasileiro por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, vislumbra na agricultura um importante papel no processo de desenvolvimento econômico nacional e na melhoria das condições de vida da população, na medida em que contribui para redução das desigualdades espaciais e sociais, gerar renda de forma desconcentrada, criar ocupações produtivas nos setores situados antes, dentro e depois da porteira, reduzir a migração campo-cidade, gerar divisas, contribuir para uma maior competitividade da economia nacional.

Guanziroli (2001) aduz que vários autores defendem que as particularidades da produção agropecuária reduzem as chamadas economias de escala, força chave da indústria em muitos ramos da economia atual. Como compensação, argumenta o autor, os agricultores familiares possuem vantagens por gerirem a força de trabalho, notadamente relevante em processos de produção intensivos em trabalho, que exigem tratamentos culturais delicados e cuidadosos, o que o modo patronal de produção teria dificuldades em lidar, mesmo pagando salários mais elevados, dificilmente se obteria o mesmo empenho e produtividade que uma família que trabalha para si mesma.

Abramovay (1999) informa como uma potencialidade o fato de uma parcela da população crescente que vem demandando gêneros diferenciados, o que se chama "mercado e qualidade", nesse caso, a qualidade e as características vão se sobrepondo ao critério quantidade e preço. Acrescenta também, como outro sinal de novo horizonte aos agricultores, a noção de quem é, de fato, seu cliente, o mercado e seu tamanho, resumindo, os agricultores cada vez mais têm aumentado o grau de conhecimento do mercado com o qual se relacionam.

Para Linhares (2002), a potencialidade decorre do próprio sistema, como, por exemplo, a possibilidade e viabilidade de utilizar a adubação orgânica de modo mais significativo, aumentando o valor agregado total produzido pelo sistema. A adubação orgânica vem crescendo em muitas regiões do país, sendo especialmente aplicada a produtos que exigem cuidados e mão-de-obra intensiva, exatamente aqueles segmentos nos quais a agricultura familiar tem maiores vantagens para competir com os agricultores patronais. A crescente demanda por produtos orgânicos abre, portanto, novas possibilidades de expansão e geração da renda para os produtores familiares. Em outros casos, a viabilidade, sustentabilidade e perspectiva de muitos sistemas assentam-se precisamente na baixa exigência de capital fixo e no baixo nível de investimentos, características que a análise tradicional insiste em ver apenas pelo lado do "atraso". Inseridos em contextos fortemente instáveis e em mercados com baixo nível de eficiência, em muitas regiões um dos grandes trunfos de vários sistemas é o baixo nível de capitalização e de gastos com insumos industriais. Tal característica reduz a dependência de insumos e serviços raramente disponíveis nos mercados locais a preços e condições compatíveis com o nível de capitalização dos agricultores, reduz o custo de produção e o risco, elevando, portanto, a viabilidade e sustentabilidade dos sistemas.

Carneiro (1997) apresenta como elemento dificultador na adoção de um modelo de intervenção na agricultura familiar atrelado à lógica de mercado e centrado no aumento da capacidade produtiva, a manutenção dos preços em um nível acima dos custos dos produtos, portanto, é indispensável a implementação de medidas que organizem o mercado e garantam preço para agricultura familiar, ou de outra forma, esta permanecerá alijada do processo de desenvolvimento econômico.

agricultoráveis, mas responde por 37,9% da produção agropecuária brasileira. A agricultura familiar responde por 31,6% da produção de soja, 39,8% da produção de aves e 48,6% da produção de milho, tendo forte presença nas exportações brasileiras.

Todavia, argumenta o autor, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares se devem precipuamente aos fatores externos, notadamente, no contexto institucional, historicamente desfavorável, do que as desvantagens estruturais associadas à extensão do lote de terra. E sua contradição, na percepção de Linhares (2002), reside no fato de que em todas as regiões, a agricultura familiar explora de forma intensiva os recursos escassos disponíveis e que é possível gerar níveis de renda agropecuária superior ao nível de reprodução da família.

3 METODOLOGIA

As principais bases de dados utilizadas no trabalho foram as disponibilizadas pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE, a saber: o Censo Agropecuário 2006, as Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e PIB dos Municípios 2003-2007, em caráter complementar, foram consultadas a Pesquisa Agrícola Municipal 2008 (PAM) e a Pesquisa Pecuária Municipal 2008 (PPM). Foram consideradas ainda, informações mantidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para fins de acompanhamento da produção do Distrito Agropecuário (DAS).

A escolha do município de Rio Preto da Eva tem por fundamento a sua proximidade geográfica com Manaus, maior centro consumidor do Estado do Amazonas. Inferiu-se pelo estabelecimento de uma relação de complementaridade entre as duas localidades, em razão da diferença na estrutura econômica das mesmas, acresça-se ainda, que o município de Rio Preto da Eva possui uma parcela de seu território contida no DAS, conforme pode ser visualizado na Figura 01, portanto, o município também conta com a infra-estrutura deixada pela a implantação do referido distrito.

A elevada demanda por produtos agropecuários em um grande centro consumidor de uma região suscita a formação de mercados periféricos produtores de tais bens, haja vista que o setor agropecuário depende de forma acentuada do fator fixo de produção terra, portanto, seu crescimento está condicionado a busca de novas áreas cultiváveis. Assim, infere-se que a incapacidade do mercado de Manaus em manter satisfeita sua demanda interna por alimentos, induz ao estabelecimento de novos empreendimentos agrícolas em zonas contíguas ao seu território por conta das vantagens no transporte do excedente gerado na periferia, no caso, no município de Rio Preto da Eva. Isto posto, com base em métodos de análise regional, especificamente, por meio da obtenção dos Quocientes Locacionais tanto setoriais, quanto relacionado à

determinadas categorias de produção agropecuária, buscou-se identificar padrões de concentração de atividades econômicas em Rio Preto da Eva que permitissem visualizar indicativos de complementaridade com a economia de Manaus, bem como identificar os segmentos do setor agropecuário mais dinâmicos em relação a todos os municípios amazonenses.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA

No final da década de 60, se estabeleceu em uma área periférica da capital amazonense, uma colônia agrícola formada por imigrantes japoneses e alguns colonos brasileiros. Este núcleo possibilitou a formação do município, o que veio a se concretizar em dezembro de 1981, conforme deliberação tomada pelo governador José Lindoso e levada a efeito por meio da Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, pela qual foi desmembrada de Manaus a colônia do Rio Preto da Eva, e convertida no município de Rio Preto da Eva, tendo seu início a partir do quilômetro 80 da rodovia Torquato Tapajós, também denominada como rodovia AM-010, ligando a capital Manaus à cidade de Itacoatiara¹¹, segue no Quadro 01, informações relevantes do município de Rio Preto da Eva.

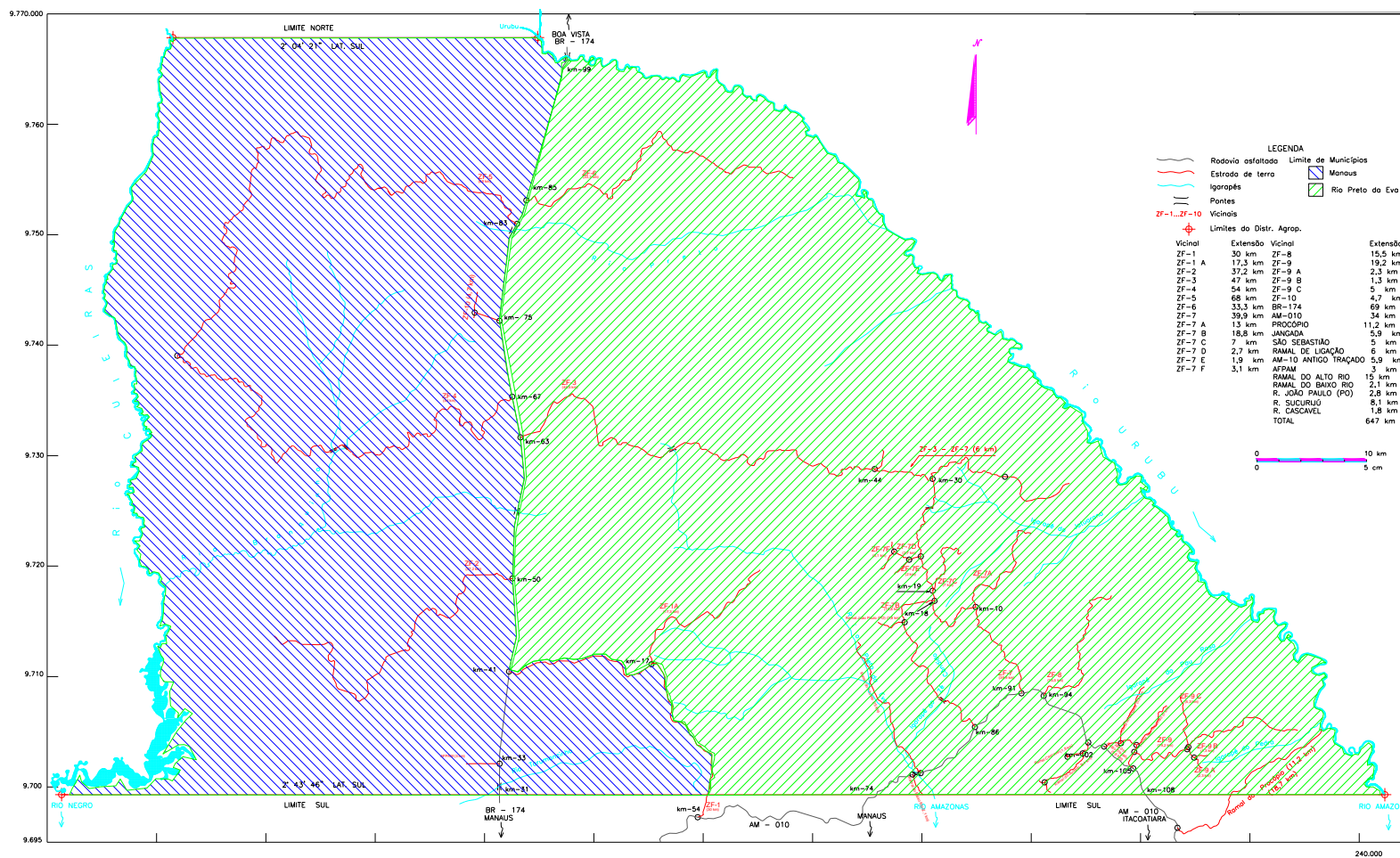
Quadro 01 - Síntese de informações socioeconômicas do município de Rio Preto da Eva – Ano 2008.

População estimada 2009	26.847
Nascidos vivos - registrados - lugar do registro	399
PIB per capita em reais	5.413
Número de Agências Bancárias	2
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em reais	7.208.507,30
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR em reais	990,59
Pessoal ocupado total	1.335
Área da unidade territorial (km ²)	5.813

Fonte: IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

¹¹ IBGE. Histórico do Município de Rio Preto da Eva, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/riopretodaeva.pdf>>. Acesso em 22/01/2010.

Figura 01 – Distrito Agropecuário da Suframa – DAS.



Fonte: SUFRAMA.

3.2 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL

Na análise foi utilizado um indicador de análise regional que permitiu observar a existência de padrões de concentração ou dispersão espacial de atividades afetas ao setor agropecuário em Rio Preto da Eva. A finalidade desta verificação foi observar padrões de atividades mais intensamente concentradas na economia do município em relação aos demais municípios do estado do Amazonas com base em 03 áreas de referências, a saber, Brasil, Região Norte e Amazonas.

Um conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratórias são comumente utilizadas em diagnósticos introdutórios para políticas de descentralização e, principalmente, caracterizações de padrões regionais de atividade econômica. Tais medidas podem ser divididas entre medidas de localização, de natureza setorial, que se preocupam com a localização das atividades entre as regiões procurando verificar padrões de concentração ou dispersão espacial, e as medidas de especialização, que se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região objetivando analisar o grau de especialização regional, assim como sua diversificação interperíodos. A elaboração de indicadores ou medidas de concentração, localização e especialização regional de atividades econômicas tem sido um importante objeto de estudo em economia regional. Estes indicadores permitem verificar a distribuição espacial, identificar especializações regionais e mapear movimentos de deslocamento regional das atividades econômicas, sejam decorrentes de processos de concentração ou de descentralização econômica. O indicador de localização ou de especialização, tradicionalmente referido na literatura como Quociente Locacional (QL), tem sido amplamente utilizado em estudos de economia e desenvolvimento regional. (HADDAD, 1989).

As medidas regionais se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região, objetivando investigar o grau de especialização das economias regionais num dado período, bem como o processo de diversificação observado entre dois ou mais períodos. O Quociente Locacional (QL) pode ser considerado a principal e mais difundida medida de localização e especialização utilizada em estudos exploratórios de economia regional, urbana e até mesmo setorial. Este indicador compara a participação percentual de uma região *j* qualquer em um setor *i* com a participação percentual da mesma região *j* na economia de referência. Objetivando a obtenção de diagnósticos iniciais para servir de base para a formulação de políticas de incentivo a Arranjos Produtivos Locais (APL), e, principalmente, vislumbrar padrões regionais da distribuição espacial da atividade econômica, um conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratórias poderá ser aplicado.

Sua utilização mais comum é na definição, mesmo que introdutória e inicial, de atividades básicas e não-básicas, oriundas das Teorias de Base de Exportação, Base Econômica e Base Urbana. Vale dizer, os valores de Quocientes Locacionais superiores à unidade, na região *j* indicariam setores mais importantes, relativamente aos outros, na economia de referência, identificando possibilidades de exportação para o “Resto do Mundo”.

Segundo Souza (2007), a utilização dessa técnica supõe que a economia da região estudada mantém a mesma estrutura da economia nacional em relação ao fator objeto da análise.

O Quociente Locacional ao comparar a participação percentual de uma região, no que se refere a uma atividade agrícola, com a participação percentual da mesma região no valor total de produção desta atividade num contexto mais amplo, poderá indicar se a região é mais importante em relação ao contexto de maior amplitude, em

termos dessa produção. O método do Quociente Locacional (QL) constitui uma técnica bastante empregada em Economia Regional quando se deseja obter uma primeira aproximação do valor de determinadas produções agropecuárias para uma região qualquer, a partir do valor desta mesma produção quando da sua obtenção a partir de dados censitários em nível nacional (GARAGORRY, ALVES e SOUZA, 2003).

Contudo, como destacam os autores referidos anteriormente, deve ser tomada com cautela a utilização direta deste indicador como identificador de Arranjos Produtivos Locais (APL). Um Quociente Locacional maior que a unidade, significa teoricamente uma indicação de especialização, mas não garante concentração, apenas a diferenciação produtiva. Face à enorme desigualdade regional brasileira é de se esperar que muitas localidades com o Quociente Locacional maior que um não signifique necessariamente a existência de um APL. Para estruturas produtivas de uma localidade pouco diversificada, o Quociente Locacional sobrevaloriza qualquer diferenciação interna. Por outro lado, com escalas territoriais maiores, a acentuada diversificação subestima a real importância dos setores dado o pequeno valor desta medida de localização.

Este tipo de indicador, como argumenta Lima *et al* (2006) não aponta a causa do fenômeno, mas uma “fotografia instantânea” do mesmo, então se exige pesquisas mais detalhadas a respeito do fenômeno estudado.

Conforme Souza, Gomes e Lírio (2007), o Quociente Locacional simples pode ser visto como uma medida da habilidade de um determinado setor em uma região específica. Se o valor do quociente for menor do que um, o setor é menos concentrado na região do que em nível nacional. Se for maior do que um, o setor é mais concentrado na região do que em nível nacional. O Quociente Locacional é uma medida de especialização porque compara o setor de uma determinada região com relação ao

mesmo setor no Estado, País ou outra região. O Quociente Locacional simples consiste em uma razão que procura relacionar a importância relativa de cada atividade estadual com a importância relativa desta mesma atividade em nível mais amplo. A idéia que está por trás deste quociente é de que quanto maior a importância da atividade nacional, mais seu coeficiente técnico se aproxima do nacional.

A medida de localização utilizada neste trabalho será descrita a seguir, conforme apresentada por Haddad (1989). No cálculo dessa medida partiu-se da organização das informações em uma matriz de informações. Na Figura 02, cada linha da matriz mostra a distribuição do valor total da produção de uma determinada categoria de produção agropecuária entre os diferentes municípios do estado, e cada coluna mostra como o valor total da produção dos municípios pelas categorias de produção utilizadas para esta análise, organizadas conforme o esquema abaixo:

E_{ij} = Valor da produção i no município j ;

$E_{.j} = \sum_i E_{ij}$ = Valor de produção total do município j ;

$E_{i.} = \sum_j E_{ij}$ = Valor da produção i de todos os municípios;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = Valor de produção total da área de referência.

Figura 02 – Matriz de informações.

	← Municípios j →			
Cultural i ↑ ↓		↑ ---		
	←---	E_{ij}	---→	$E_{i.} = \sum_j E_{ij}$
		↓ ---		
		$E_{.j} = \sum_i E_{ij}$		$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$

Fonte: Haddad (1989).

A partir da organização dos dados na matriz representada no Quadro 02 foi possível calcular em termos percentuais a distribuição do valor da produção em cada município por categoria de produção, bem como a distribuição de cada da produção entre os municípios:

$$i^{\circ}j = E_{ij} / \sum_j E_{ij} = \text{Distribuição percentual do valor da produção } i \text{ no município};$$

$$j^{\circ}i = E_{ij} / \sum_i E_{ij} = \text{Distribuição percentual do valor da produção } i \text{ na área de referência};$$

$$\text{Assim teremos: } i^{\circ}. = \sum_j E_{ij}^e \text{ e } j^{\circ}. = \sum_i E_{ij}^e$$

Em síntese define-se a fórmula do cálculo como sendo:

$$QL_{ij} = (E_{ij} / E_{i.}) / (E_{.j} / E_{..}) = \text{quociente locacional da produção } i \text{ no município } j;$$

Este indicador compara a participação percentual de um município, em relação a uma produção específica, com a participação deste mesmo município no valor total da produção total da área de referência, desse modo, se o valor do quociente locacional for

maior que um (01), podemos inferir que o município é relativamente mais importante no contexto estadual no que se refere a esta produção em particular.

Neste trabalho foram utilizadas variáveis de grande amplitude no cálculo do valor da produção em reais dos municípios do Amazonas: animal de grande porte; animal de médio porte; aves; pequenos animais; lavoura permanente; lavoura temporária e horticultura. O cálculo foi efetuado com base no Valor de Produção (VP) estimado para os municípios a partir do Valor Adicionado (VA) obtido nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e PIB dos Municípios 2003-2007.

A opção por variáveis dessa amplitude partiu da própria terminologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definir níveis agregados de atividades agrícolas constante no Censo Agropecuário 2006. Pretendeu-se também, evitar tendências na escolha das variáveis, com vistas a não privilegiar variáveis para as quais se presume como relevantes dentro do segmento produtivo da localidade analisada.

Todavia, em razão da percepção junto à base de dados relativa ao acompanhamento da produção agropecuária, mantido pela Suframa, quanto a importância da atividade de criação de peixes em cativeiro, decidiu-se incluir isoladamente esta atividade entre os segmentos a serem analisados. Esta análise foi feita a partir das informações do Censo Agropecuário 2006 no tocante a aquicultura visto que o Censo não levanta informações especificamente sobre a piscicultura.

A mesma metodologia utilizada para o cálculo anterior foi utilizada no cálculo do quociente locacional para obtenção do indicador com relação aos 04 setores da economia e, isoladamente, quanto ao peso da administração pública. Neste cálculo, utilizou-se o Valor Adicionado (VA) obtido em PIB dos Municípios 2003-2007/IBGE. O objetivo deste cálculo foi exatamente examinar de forma isolada a contribuição do

Valor Adicionado (VA) em cada setor, deste modo, foi possível observar os setores mais com maior peso na composição do VA total tanto em Manaus quanto em Rio Preto da Eva. A ocorrência de configurações assimétricas na formatação dos Quocientes Locacional entre os diversos setores para os municípios em questão indicaram estruturas produtivas diferenciadas.

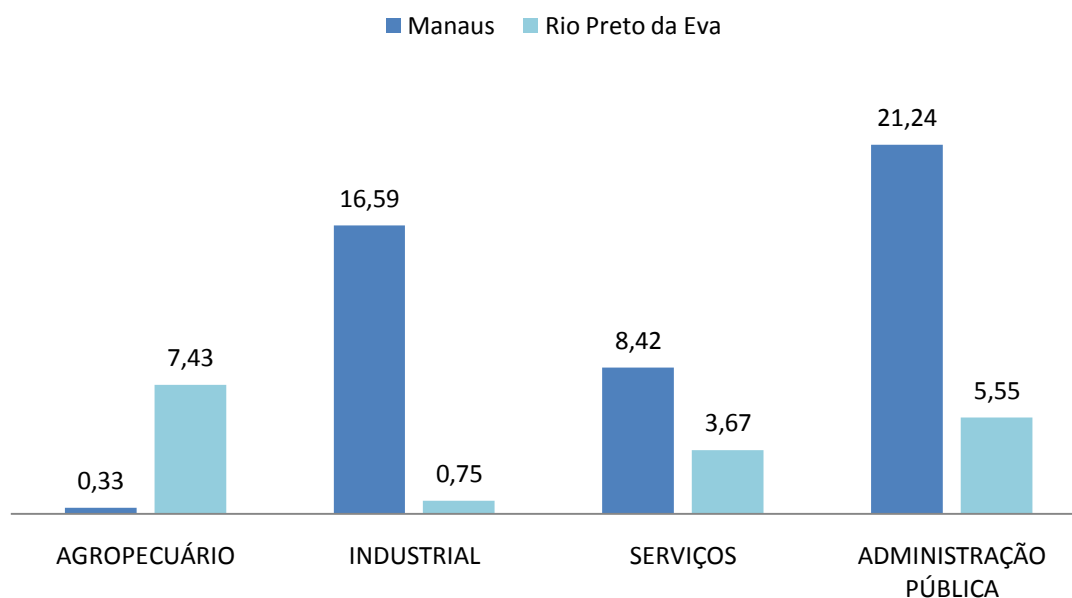
4 RESULTADOS

No presente estudo, como já foi dito, optou-se por trabalhar com variáveis de maior amplitude, objetivando, desse modo, que a análise fosse bastante abrangente no tocante a diversidade das atividades afeta ao segmento agropecuário. Ainda assim, há de se reconhecer que não foi possível abarcar a totalidade de produção agropecuária das localidades analisadas.

4.1 ASPECTOS DA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE MANAUS E RIO PRETO DA EVA.

Com base nos resultados visualizados no Gráfico 01, verifica-se que com relação ao contexto de maior amplitude “Brasil”, que o município de Rio Preto da Eva demonstra uma maior¹² concentração do Valor Adicionado da Agropecuária em comparação a área de referência.

Gráfico 01 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Brasil”.



Fonte: Elaboração Própria com base nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

¹² Relembrando o que já foi esclarecido, o resultado do Quociente Locacional acima da unidade indica uma maior concentração do aspecto analisado em relação à área de referência.

Em contraposição, Manaus apresenta o valor de seu Quociente Locacional (QL) bem abaixo do resultado obtido para Rio Preto da Eva e ainda, menor que 01, portanto, o peso do Valor adicionado (VA) pela agropecuária em Manaus é menos representativo que com relação ao contexto nacional, o que não significa dizer que o Valor Adicionado da agropecuária de Rio Preto da Eva seja mais elevado que o de Manaus, haja vista que o Quociente Locacional (QL) retorna um valor relativo¹³, ou seja, comparativamente à própria localidade.

Como já era de se esperar para o valor do QL em relação ao VA da indústria, Manaus apresentou um QL mais elevado tanto em relação ao município de Rio Preto da Eva, quanto em relação ao Brasil.

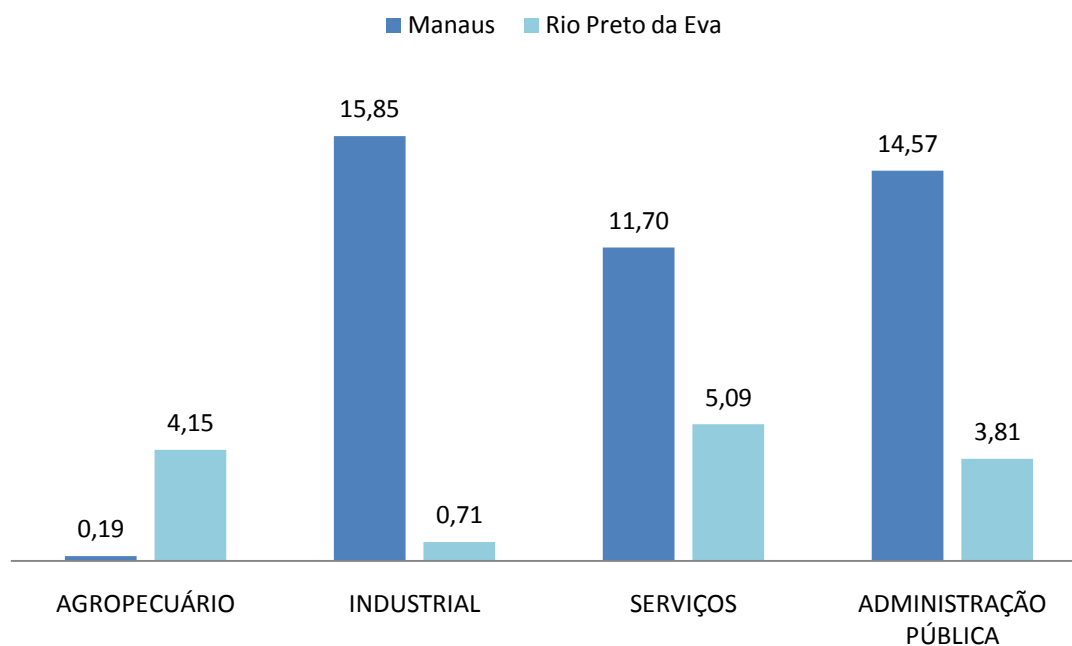
Os resultados anteriormente expostos, por si, já validam a tese uma relação de complementaridade entre Manaus e Rio Preto da Eva, ou seja, já fornecem um indicativo de que possa haver uma interação entre a economia de ambos os municípios, no sentido de uma maior concentração de atividades agropecuárias naquele município, cuja produção excedente seja destinada ao abastecimento da capital, e, por outra via, o município de Rio Preto da Eva importe produtos manufaturados para reposição de seus estoques no mercado de Manaus.

Com relação ao setor de serviços, obviamente, também deva existir a complementaridade pelo fato de na capital haver maior oferta de serviços específicos que em Rio Preto da Eva, muito embora o QL do Valor adicionado deste setor para Rio Preto da Eva ser mais elevado que a unidade, no entanto, não parece arrazoado supor que o setor de serviços seja mais dinâmico neste município que em comparação ao contexto de maior amplitude, no caso, o nacional, considerando que aproximadamente

13 Segundo informações do PIB dos Municípios 2003-2007 – IBGE, Manaus apresenta um Valor adicionado pela agropecuária na ordem de 52.178.961,00 milhões de reais, ao passo que Rio Preto da Eva exhibe o Valor Adicionado de 16.220.655,00 milhões de reais.

50% do VA total do País está baseado neste setor, excluindo o peso da Administração Pública. O caso específico do QL baseado no VA da Administração Pública é perfeitamente compatível com o fato de Manaus, na condição de capital, possuir maior concentração de serviços governamentais que os demais municípios do interior.

Gráfico 02 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Região Norte”.



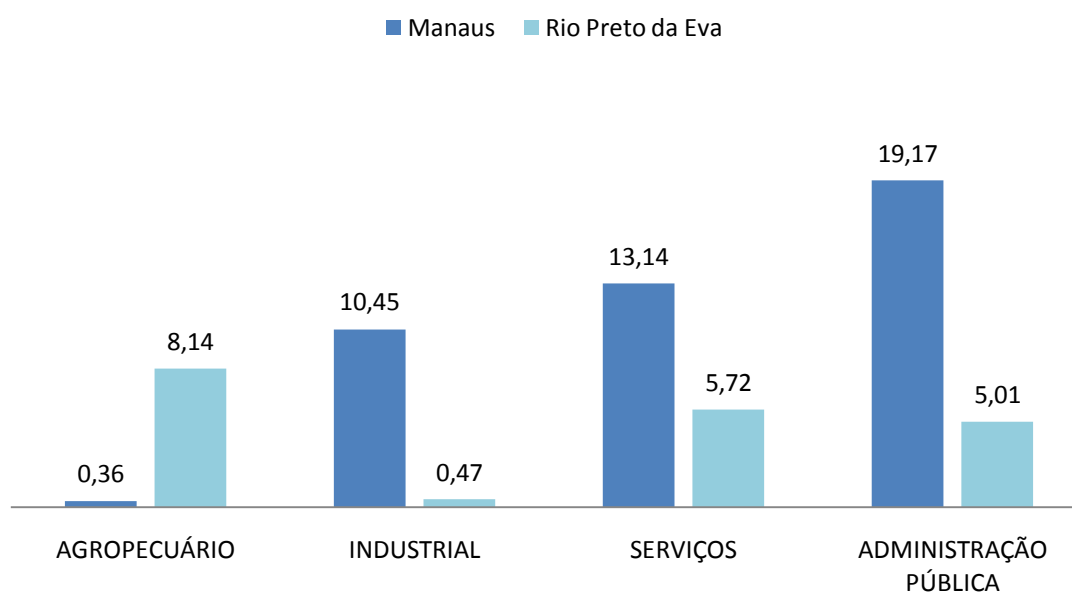
Fonte: Elaboração Própria com base nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Com relação ao cálculo do Quociente Locacional (QL) baseado no Valor Adicionado (VA) setorial para as demais áreas de referência, percebe-se no Gráfico 02 e Gráfico 03 uma situação análoga ao que fora observado em relação ao contexto Brasil, todavia, obviamente, resguardando as alterações nas magnitudes do QL dependendo das configurações específicas do peso do VA tanto da região norte quanto do próprio contexto estadual.

No caso específico da Região Norte, nota-se, com base nas **Contas Regionais do Brasil 2003-2006** (IBGE), uma maior participação da agropecuária no VA total da região na ordem de 9%, enquanto que para o Brasil esse setor contribui com aproximadamente 5% para o VA Total, sendo assim, era de se esperar uma diminuição

na magnitude do QL. Esta mesma explicação pode ser aplicada em relação às diferenças verificadas com relação aos demais indicadores. Igualmente, com relação à economia amazonense sendo utilizada como referência, Manaus apresentou certo declínio com relação ao seu QL setorial para indústria em razão do peso expressivo que o VA industrial da capital tem relação ao contexto amazonense.

Gráfico 03 – Quociente Locacional do Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública – Área Geográfica de referência “Amazonas”.



Fonte: Elaboração Própria com base nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

O tamanho dos mercados é um aspecto extremamente relevante no que se refere à tomada de decisão por parte dos agentes econômicos a respeito do estabelecimento de sua localização, considerando que uma maior proximidade em relação aos grandes centros fará com que as transações se realizem de modo mais vantajoso em razão do menor custo com transporte. Assim, supõe-se que a localização periférica de Rio Preto da Eva em relação ao centro Manaus permita a realização de transações vantajosas para às duas localidades.

Por certo, a produção agropecuária em Manaus é mais elevada que produção de Rio Preto da Eva, entretanto, é pertinente a hipótese de que a capacidade da capital em

ofertar gêneros agropecuários está num nível aquém da sua demanda por tais bens, o que induziu à uma expansão da oferta de produtos agropecuários em mercados periféricos, haja vista que a produção agropecuária exige o fator de produção fixo terra e sua expansão significa à busca de novas áreas para cultivo.

4.2 QUOCIENTE LOCACIONAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS

Nesta parte da análise será apresentado o Quociente Locacional obtido com base nas 03 unidades geográficas de referência (Brasil, Região Norte e Amazonas) do Valor de Produção (VP) em reais referente aos produtos agropecuários discriminados na parte de metodologia aplicada, sendo destacadas aquelas que indicam maior concentração em Rio Preto da Eva.

Tabela 01 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção – Área de referência Brasil.

MUNICÍPIOS	QL - Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Alvarães	0,27	0,28	0,22	12,16	0,16	2,32	0,32
Amaturá	0,71	0,90	0,03		0,09	0,11	
Anamá	1,82	0,62	0,26	4,22	4,07	1,84	2,93
Anori	1,20	0,06	0,04		4,05	1,93	0,61
Apuí	4,39	1,19	0,49	0,33	0,46	0,82	1,25
Atalaia do Norte		0,49	0,31	1,09	0,39	0,90	4,84
Autazes	6,70	0,72	0,03		0,29	0,08	0,10
Barcelos		0,04	0,00		0,00	1,32	0,02
Barreirinha	3,36	0,41	0,64	0,11	0,13	0,48	0,56
Benjamin Constant	0,11	0,28	0,67	18,40	1,32	0,90	1,85
Beruri	0,32	0,01	0,03		6,12	1,56	0,61
Boa Vista do Ramos	1,80	0,44	0,04	0,21	0,23	0,27	0,08
Boca do Acre	1,54	0,26	0,23		0,53	0,73	0,92
Borba	0,37	0,21	0,05		1,16	1,89	0,31

Tabela 01 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção – Área de referência Brasil.

MUNICÍPIOS	QL - Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Caapiranga	0,30	0,08	0,09		1,47	1,37	5,02
Canutama	1,94	0,32	0,05		0,09	0,93	0,03
Carauari	1,14	0,55	0,56	0,54	1,26	3,90	1,45
Careiro	3,70	2,94	0,71	63,80	0,99	4,52	0,31
Careiro da Várzea	13,89	0,69	0,08	0,08	2,46	0,75	33,41
Coari	0,01	0,02	0,02	0,04	0,12	0,22	0,07
Codajás	1,14	0,07	0,03	1,63	1,91	12,25	0,52
Eirunepé	1,26	0,60	2,35	0,69	0,58	3,61	0,94
Envira	6,01	1,66	2,57	0,19	0,95	8,15	2,14
Fonte Boa	0,32	0,08	0,02	0,61	0,29	1,52	0,80
Guajará	1,47	1,28	0,82	0,22	0,25	5,52	0,03
Humaitá	0,59	0,05	0,01		0,10	0,10	0,61
Ipixuna	1,34	0,54	0,14		0,15	1,41	0,11
Irlanduba	0,51	0,12	0,57	3,23	5,24	0,57	8,58
Itacoatiara	1,63	0,25	0,10	0,14	0,91	0,33	0,69
Itamarati	1,03	0,45	0,17	0,46	0,38	3,15	0,24
Itapiranga	0,93	0,19	0,01			0,22	
Japurá	0,32	0,13	0,06		0,38	1,03	0,09
Juruá	0,61	0,19			0,02	1,95	0,08
Jutaí	0,79	0,88	2,55		1,88	2,07	0,78
Lábrea	7,23	0,77	0,73		0,48	1,65	0,91
Manacapuru	0,75	0,15	0,14	5,10	3,47	1,46	3,13
Manaquiri	1,48	0,08	0,01		0,35	3,77	6,95
Manaus	0,00	0,01	0,12	0,04	0,03	0,00	0,01
Manicoré	2,06	0,66	0,18		3,06	1,13	0,49
Maraã	0,19	0,24	0,03	0,31	2,46	1,17	0,66
Maués	0,50	0,33	0,26	0,03	1,17	0,92	0,60
Nhamundá	3,91	0,43	0,39		0,49	0,73	0,82
Nova Olinda do Norte	0,51	0,08	0,05		0,11	0,02	0,12
Novo Airão	0,19	0,12	0,14		0,10	2,14	0,92
Novo Aripuanã	0,84	0,41	0,08		2,94	0,97	0,15
Parintins	3,95	0,74	9,30	14,19	0,26	3,94	1,93
Pauini	0,79	0,19	0,25		0,29	3,64	0,86
Presidente Figueiredo	0,86	0,26	0,25	1,94	0,54	0,38	1,13
Rio Preto da Eva	0,72	0,50	9,58	149,44	8,27	1,07	4,10

Tabela 01 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção – Área de referência Brasil.

MUNICÍPIOS	QL - Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Santa Isabel do Rio Negro			0,02		0,07	4,92	
Santo Antônio do Içá	0,43	0,47	0,22		1,06	2,69	0,26
São Gabriel da Cachoeira	0,02		0,01		0,02	0,24	0,39
São Paulo de Olivença	0,09	0,06	0,03	0,32	2,89	9,02	0,12
São Sebastião do Uatumã	1,43	0,16	0,19		0,33	0,83	0,08
Silves	2,39	0,54	0,20		0,27	1,09	1,43
Tabatinga	0,02	0,02	0,15	0,69	0,68	0,52	0,10
Tapauá	0,15	0,04	0,77		0,09	1,79	
Tefé	0,15	0,11	0,07		0,36	1,79	1,50
Tonantins	0,29	0,03	0,01		0,05	1,23	0,04
Uarini	0,20	0,13	0,05	2,92	2,88	0,16	0,03
Urucará	1,06	0,29	0,32		0,10	0,21	0,20
Urucurituba	2,57	0,32	0,09		0,81	0,19	0,03

Nota: Os campos em branco referem-se à ausência de informação sobre a produção específica no Censo Agropecuário 2006.

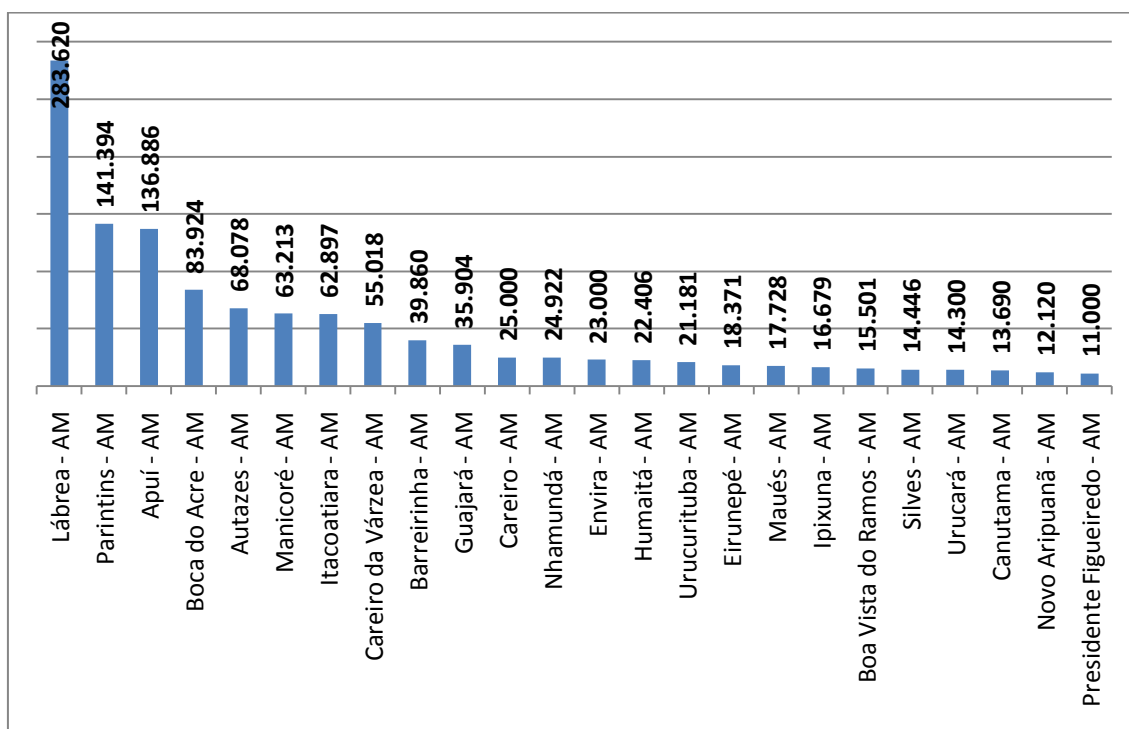
Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Com base nos resultados apontados na Tabela 01 quanto ao cálculo do Quociente Locacional (QL) para as produções agropecuárias dos municípios, destacam-se em Rio Preto da Eva os Quocientes Locacionais do Valor de Produção de Aves (9,5), Valor de Produção de Pequenos Animais (149,44), Valor de Produção de Lavoura Permanente (8,27) e Produção da Horticultura (4,10), como os mais significativos, superando, inclusive, grande parte dos demais municípios do Amazonas. No caso do QL Valor da Lavoura Temporária (1,07), o QL um pouco maior que um revela apenas uma concentração da produção um pouco superior ao da área de referência.

Quanto às atividades relacionadas à produção de animais de grande porte, auferiu-se um QL de pouca expressividade (0,72), indicando que este segmento tem pouca representatividade no contexto da produção agropecuária do município em comparação a representatividade desta produção em âmbito nacional. Neste grupo, estão incluídas as criações de bovinos, eqüinos, bubalinos, etc. No contexto nacional, o principal expoente desse grupo é a criação de gado (bovinocultura) que, conforme o próprio Censo 2006 informa, o país mantém aproximadamente 171.613.337 milhões de cabeças. Entretanto, considerando o efetivo bovino do Estado do Amazonas, percebe-se que Rio Preto da Eva não figura nem entre os 10 maiores rebanhos amazonenses, conforme pode ser observado no Gráfico 04. Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para se compreender o resultado do Quociente Locacional (QL) relacionado à criação de animais de médio porte, já que, no contexto estadual, o município não se revela como possuidor de grandes rebanhos deste subgrupo da pecuária, à exceção da criação de ovinos, para a qual, segundo a Pesquisa Pecuária Municipal 2008, o município em questão ocupa a nona colocação no *ranking* dos dez maiores rebanhos do estado.

No caso específico do QL do Valor de Produção Animal de Aves (9,5), Valor de Produção de Pequenos Animais (149,44) e Valor de Produção da Lavoura Permanente (8,27), Rio Preto da Eva apresentou os maiores resultados frente aos demais municípios amazonenses.

Gráfico 04 – Efetivos de bovinos dos municípios com rebanho acima de 10.000 cabeças.



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal 2008.

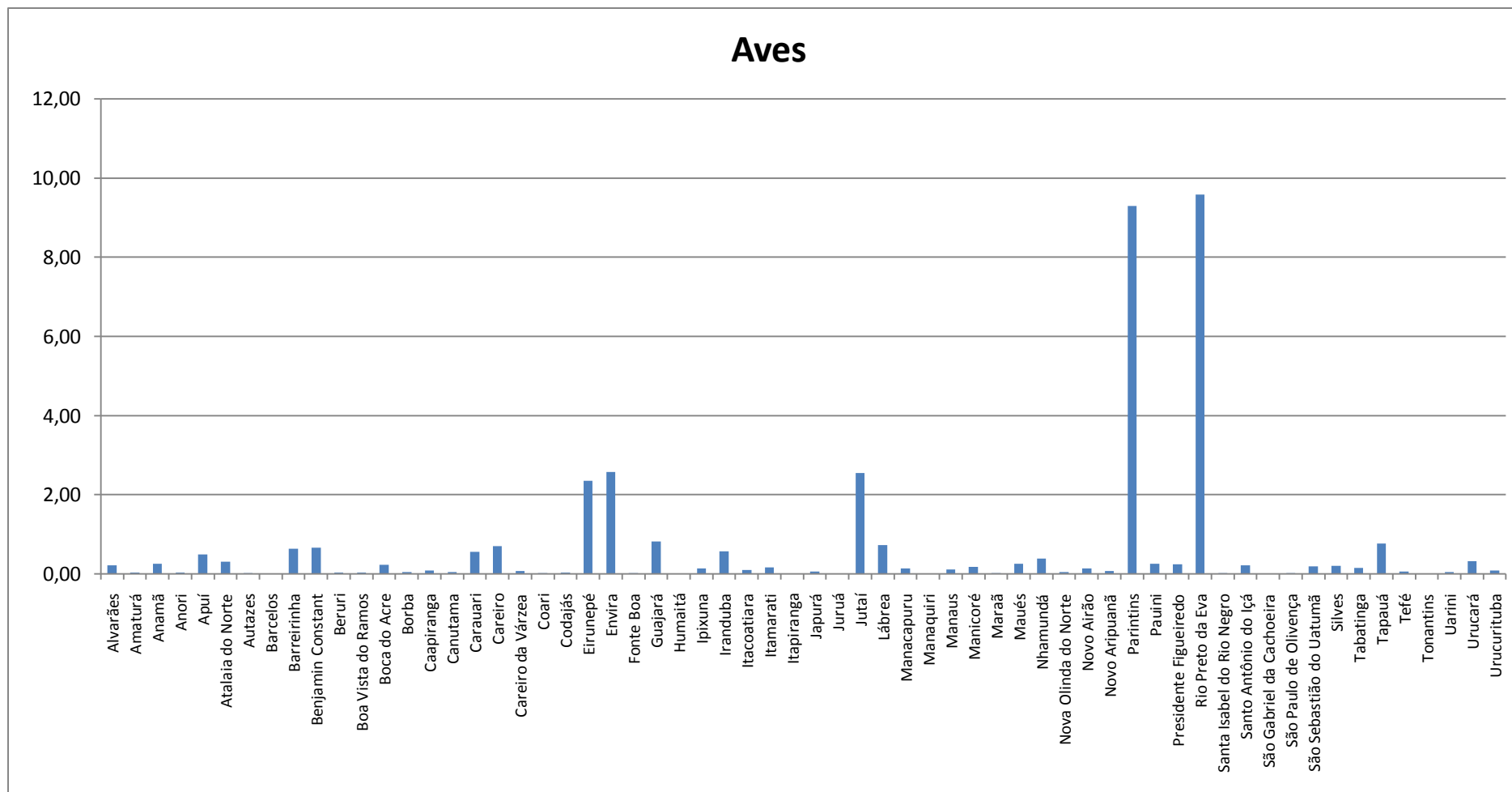
No caso particular do Quociente Locacional (QL) do Valor de Produção (VP) de Aves (Gráfico 05), cabe assinalar que este resultado não indica que Rio Preto seja o maior produtor de Aves do Estado, visto que segundo informações do Censo Agropecuário 2006, pertence a Manaus o maior VP para aves¹⁴, portanto, a despeito da maior produção em Manaus, infere-se que esta não atende a demanda interna da capital o que valida a ilação de que a produção em Rio Preto da Eva complemente o consumo de Manaus, mantendo boa parte de sua produção voltada para o abastecimento da capital, haja vista, primeiramente, a proximidade geográfica entre capital e a localidade em questão, e ainda, segundo consta no Censo Agropecuário 2006, precisamente, no que se refere ao valor da produção de galinhas, galos, frangas, frangos e pinto, o

¹⁴ Segundo o Censo Agropecuário 2006, com relação ao VP da produção de aves, Manaus obteve um resultado de 22.140.000,00 milhões de reais, seguido por Parintins com VP de 13.612.000,00 milhões de reais, sendo que Rio Preto da Eva apresentou o terceiro maior VP do estado, apurado em 4.055.000 milhões de reais.

município de Rio Preto da Eva apresenta-se o terceiro mais elevado, ficando atrás apenas do município de Parintins e da capital.

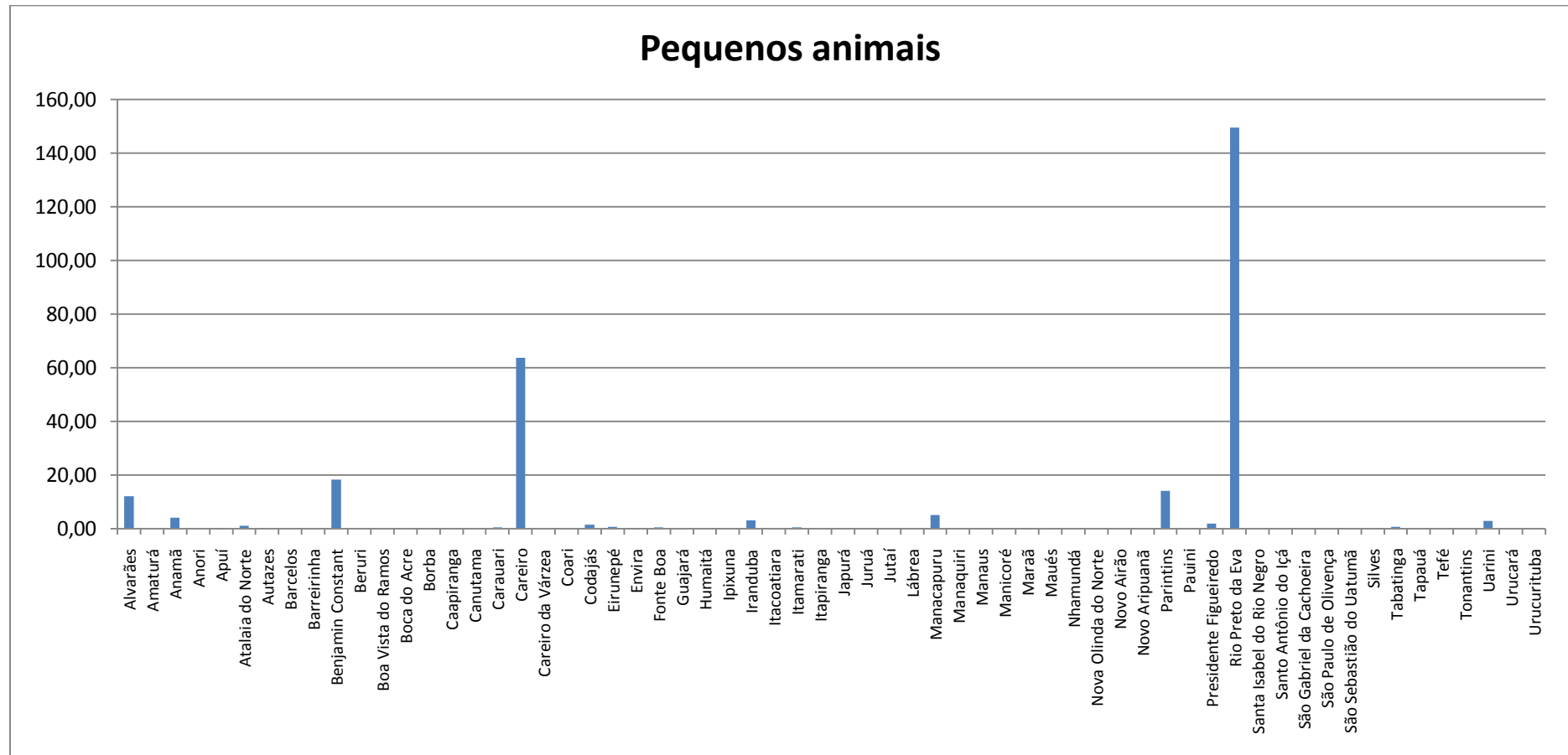
Com relação ao QL Valor de Produção Animal “Pequeno Animais” (Gráfico 06), o município de Rio preto da Eva obteve o valor de 149,44, encabeçando a lista no que toca a especialização da produção de pequenos animais, que são aqueles com rápido ciclo de produção, relacionados a atividades tais como criação de coelho, apicultura, quelonicultura, rãs, piscicultura, etc. Nesta categoria, por definição, está incluída a piscicultura, portanto, admitisse que o resultado visualizado no Gráfico 06, esteja assentado expressivamente na produção de peixes em cativeiro, haja vista que, segundo informações da SUFRAMA, a atividade de criação de peixes em cativeiro, dentre aquelas desenvolvidas no DAS, representou 67% do Valor Bruto de Produção referente ao ano de 2008, com a cifra de 13.162946 milhões de reais.

Gráfico 05 – Quociente Locacional do Valor de Produção de Aves de Rio preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.



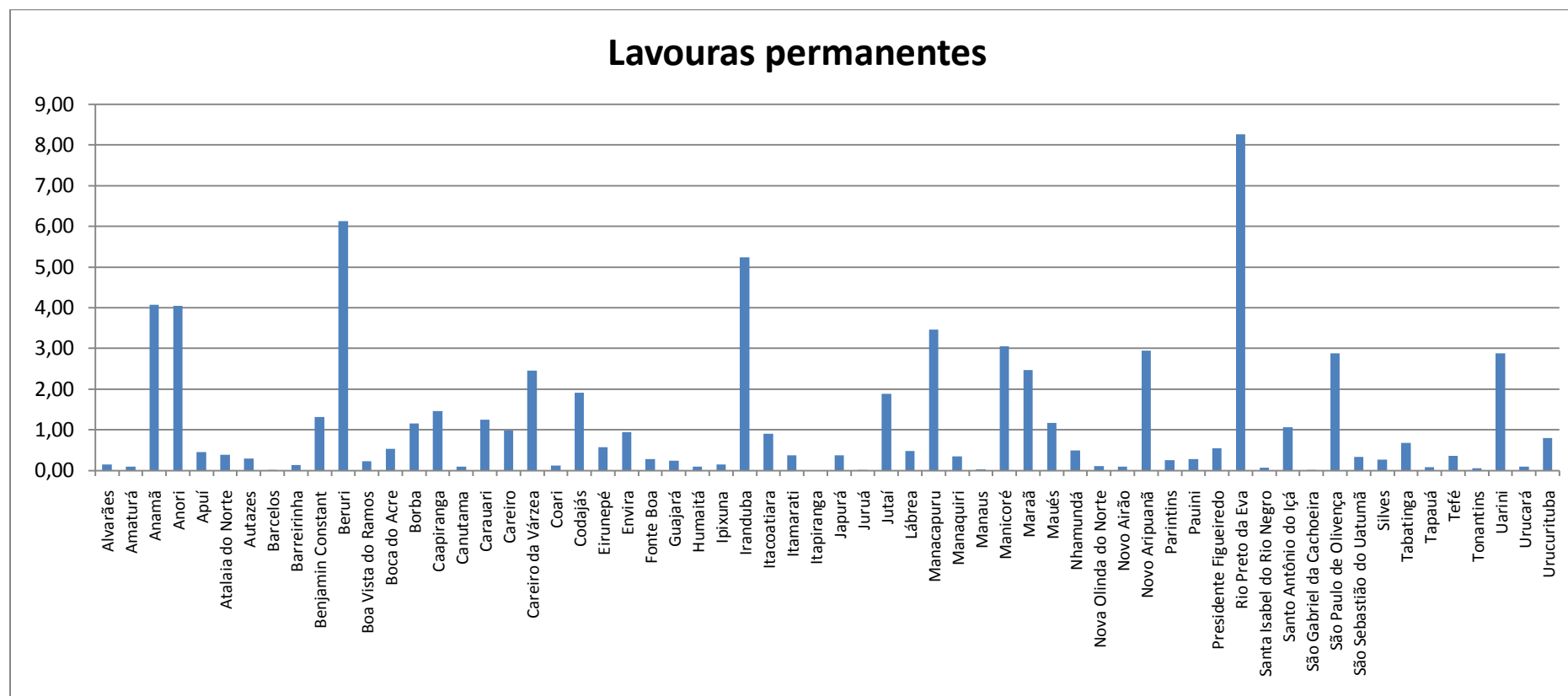
Fonte: Resultado da Pesquisa baseado no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Gráfico 06 – Quociente Locacional do Valor de Produção de Pequenos Animais de Rio preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.



Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no CENSO AGROPECUÁRIO 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Gráfico 07 – Quociente Locacional do Valor de Produção da Lavoura Permanente de Rio Preto da Eva, tendo como unidade de referência a produção brasileira.



Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no CENSO AGROPECUÁRIO 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Como já foi exposto, o resultado para o Quociente Locacional (QL) em que Rio Preto da Eva que também supera o de outras localidades foi QL da Lavoura Permanente (Gráfico 07), na qual estão incluídas as culturas de longa duração, tais como: banana, cacau, coco, cupuaçu e laranja, que, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Com relação ao desempenho deste segmento da produção vegetal, o item com maior peso, possivelmente, foi a produção de laranja¹⁵, considerando o fato de que Rio Preto da Eva é o maior produtor de laranja segundo a Pesquisa Agrícola Municipal 2008 com o a produção total de 3.950 mil de toneladas de laranja, a despeito de ter mantido o terceiro maior Valor de Produção (VP) no que toca a esta cultura, ficando atrás de Manacapuru e Itacoatiara. Outras culturas em que Rio Preto apresenta bons resultados é a produção de banana, tangerina, limão e coco-baía.

Tabela 02 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção da Região Norte.

MUNICÍPIOS	QL Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Alvarães	0,19	1,13	0,36	8,83	0,19	3,71	0,61
Amaturá	0,51	3,64	0,06		0,12	0,17	
Anamã	1,30	2,51	0,43	3,07	5,05	2,95	5,57
Anori	0,85	0,24	0,07		5,02	3,09	1,15
Apuí	3,13	4,78	0,80	0,24	0,57	1,31	2,38
Atalaia		1,97	0,51	0,79	0,48	1,43	9,20
Autazes	4,77	2,90	0,04		0,36	0,12	0,19
Barcelos		0,18	0,01		0,00	2,11	0,03
Barreirinha	2,39	1,65	1,04	0,08	0,17	0,77	1,06
Benjamin Constant	0,08	1,11	1,09	13,37	1,64	1,45	3,51
Beruri	0,23	0,05	0,06		7,58	2,51	1,16
Boa Vista do Ramos	1,28	1,78	0,07	0,15	0,28	0,43	0,16
Boca do Acre	1,10	1,03	0,37		0,66	1,17	1,74

¹⁵ Segundo dados da Suframa, a segunda atividade com maior representatividade para a formação do faturamento bruto da produção agropecuária do DAS, adveio faturamento da produção de laranja, que em 2008 foi apurado em 2.420.311,00 milhões de reais (12% do faturamento total do DAS).

Tabela 02 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção da Região Norte.

MUNICÍPIOS	QL Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Borba	0,27	0,87	0,08		1,44	3,03	0,58
Caapiranga	0,21	0,33	0,15		1,82	2,19	9,55
Canutama	1,38	1,28	0,08		0,12	1,49	0,06
Carauari	0,81	2,23	0,91	0,39	1,56	6,25	2,76
Careiro	2,64	11,84	1,15	46,36	1,22	7,25	0,60
Careiro da Várzea	9,90	2,78	0,12	0,06	3,05	1,20	63,54
Coari	0,01	0,06	0,03	0,03	0,15	0,36	0,14
Codajás	0,82	0,29	0,05	1,18	2,37	19,63	1,00
Eirunepé	0,90	2,43	3,83	0,50	0,72	5,78	1,79
Envira	4,28	6,70	4,19	0,14	1,18	13,05	4,07
Fonte Boa	0,22	0,34	0,03	0,44	0,36	2,44	1,51
Guajará	1,04	5,15	1,33	0,16	0,31	8,85	0,05
Humaitá	0,42	0,20	0,02		0,12	0,16	1,15
Ipixuna	0,96	2,19	0,22		0,19	2,27	0,21
Iranduba	0,36	0,49	0,93	2,35	6,49	0,92	16,31
Itacoatiara	1,16	1,03	0,16	0,10	1,13	0,53	1,32
Itamarati	0,73	1,83	0,27	0,34	0,47	5,04	0,45
Itapiranga	0,66	0,75	0,01			0,35	
Japurá	0,23	0,54	0,10		0,47	1,66	0,17
Juruá	0,43	0,76			0,03	3,12	0,15
Jutaí	0,56	3,56	4,16		2,33	3,32	1,49
Lábrea	5,15	3,11	1,19		0,59	2,65	1,73
Manacapuru	0,53	0,59	0,23	3,70	4,30	2,34	5,95
Manaquiri	1,06	0,34	0,01		0,44	6,04	13,21
Manaus	0,00	0,03	0,19	0,03	0,04	0,00	0,02
Manicoré	1,47	2,67	0,29		3,79	1,81	0,93
Maraã	0,14	0,97	0,05	0,22	3,05	1,87	1,26
Maués	0,3	1,32	0,42	0,02	1,46	1,47	1,15
Nhamundá	2,79	1,72	0,64		0,61	1,17	1,55
Nova Olinda do	0,36	0,34	0,08		0,14	0,03	0,24
Novo Airão	0,13	0,47	0,23		0,13	3,43	1,75
Novo	0,60	1,63	0,13		3,64	1,55	0,29
Parintins	2,81	2,98	15,13	10,31	0,32	6,31	3,67
Pauini	0,56	0,75	0,41		0,36	5,84	1,64
Presidente	0,61	1,05	0,40	1,41	0,67	0,61	2,15
Rio Preto da Eva	0,52	2,01	15,59	108,59	10,24	1,72	7,80
Santa Isabel do Rio			0,04		0,08	7,88	
Santo Antônio do	0,30	1,89	0,35		1,32	4,30	0,50
São Gabriel da	0,01		0,02		0,02	0,39	0,75

Tabela 02 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção da Região Norte.

MUNICÍPIOS	QL Valor de Produção						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
São Paulo de	0,06	0,26	0,05	0,23	3,57	14,46	0,24
São Sebastião do	1,02	0,66	0,32		0,41	1,33	0,15
Silves	1,70	2,18	0,32		0,33	1,75	2,72
Tabatinga	0,01	0,07	0,24	0,50	0,84	0,84	0,18
Tapauá	0,10	0,16	1,25		0,11	2,87	
Tefé	0,11	0,46	0,11		0,45	2,87	2,86
Tonantins	0,21	0,10	0,01		0,07	1,98	0,08
Uarini	0,14	0,53	0,09	2,12	3,56	0,26	0,05
Urucará	0,75	1,19	0,52		0,12	0,33	0,38
Urucurituba	1,83	1,29	0,15		1,00	0,30	0,05

Nota: Os campos em branco referem-se à ausência de informação sobre a produção específica no Censo Agropecuário 2006.

FONTE: Resultado da Pesquisa baseada no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Similarmente ao que fora observado em relação ao cálculo do Quociente Locacional (QL) baseado na unidade de referência “Brasil”, o cálculo em termos do contexto de maior amplitude “Região Norte” (Tabela 02) manteve destaque para o município de Rio Preto da Eva em relação aos Quocientes Locacionais referentes ao Valor de Produção (VP) de Aves (15,59), Pequenos animais (108,59) e Lavouras Permanentes (10,24).

Avultou-se nesta fase da análise, o QL referente ao VP de animal de médio porte (2,01), indicando uma mais elevada concentração na localidade em questão do que em relação ao contexto mais amplo, entretanto, em comparação aos demais municípios amazonenses, este resultado não chega a ser um dos mais expressivos.

Com relação especificamente às produções agropecuárias consideradas na análise, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, dentre as cinco regiões brasileiras,

pode ser visualizado no Gráfico 08 que a região norte é a que apresenta o menor valor absoluto para o VP (6.148812 bilhões de reais), acresça-se ainda, que os dois maiores componentes desse montante, pela ordem de grandeza, são o VP da Lavoura Temporária e da Lavoura Permanente. No entanto, mesmo assim, quando da comparação destas categorias de produção com de outras as regiões, somente o Valor de Produção de Lavouras Permanentes se mantém mais elevado que o da região Centro-Oeste.

Foi observado, mediante o Censo Agropecuário 2006, que para a Região Norte, a parte mais significativa do Valor de Produção do setor agropecuário está calcada na produção vegetal, sendo esta estrutura produtiva agropecuária, resguardada as devidas proporções, análoga à estrutura de produção agropecuária nacional.

O valor da produção vegetal da Região Norte¹⁶, de acordo com o Censo 2006 é de aproximadamente 4.108.886,00 bilhões de reais, o que representa 66,82 % do valor total da produção agrícola da região norte, ao passo que o valor da produção animal foi estimado em 1.449.880,00 bilhões de reais, o que responde por 23,58% do VP agropecuário.

Dentre as categorias de produção vegetal que foram analisadas na presente análise, se destaca o Valor da Produção oriunda da lavoura temporária, com a monta de 2.302.238,00 bilhões de reais (37,44% do VP agropecuário regional). O subgrupo da produção vegetal com a menor participação na composição do valor da produção vegetal é a horticultura com 117.078,00 milhões de reais (1,9 % do VP agropecuário regional).

No tocante a produção de origem animal (Gráfico 09), o segmento de maior vulto é a criação animal de grande porte, com 974.937 milhões (15,86 % do VP

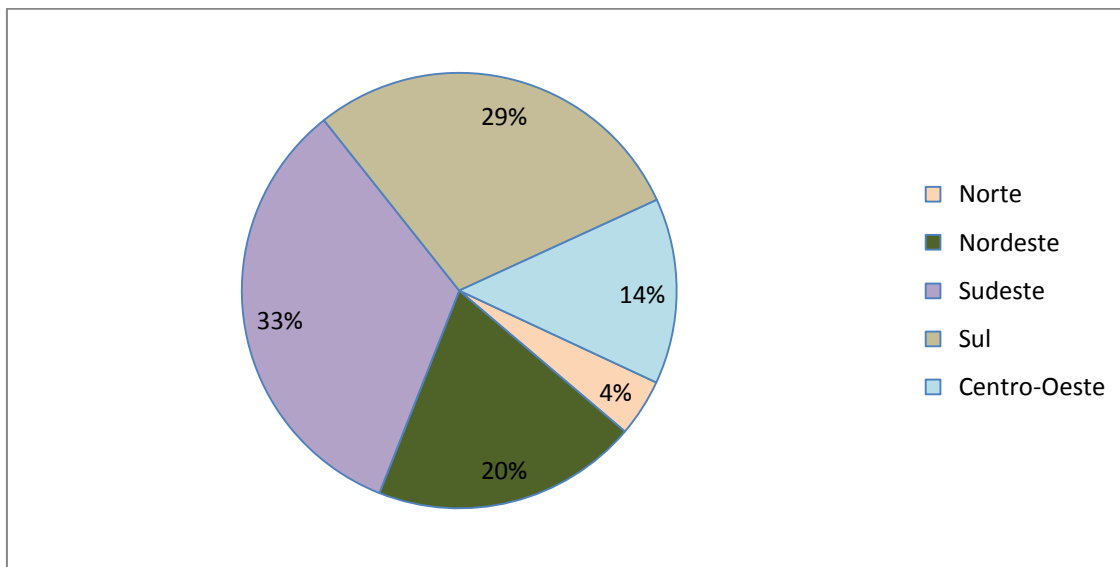
¹⁶ O valor total da produção vegetal referida refere-se apenas ao produto das lavouras temporária e permanente e da horticultura, não contemplando os números da silvicultura e extração vegetal.

agropecuário regional). A categoria com a menor participação na composição do VP animal regional é a criação de animais de médio porte, com a cifra de 65.604 milhões de reais (1,07% do VP regional), o que destoava do verificado no cenário nacional, onde o menor componente do VP animal é referente à criação de pequenos animais.

De todos os estados da região norte, o Pará apresenta maior VP no que toca às categorias de produção examinadas (3.335.581,00 bilhões de reais), participando com uma parcela muito representativa da produção agropecuária da região norte, ao passo que, Roraima possui a menor contribuição na formação VP agropecuário da região (1,6 % do VP regional). O Amazonas figura como o detentor do quarto maior VP agropecuário regional, apurado em 650.508,00 milhões de reais (10,57% do VP agropecuário regional), estando muito próximo de Rondônia e Tocantins, respectivamente, segundo e terceiro mais bem posicionados no *ranking* do VP agropecuário regional.

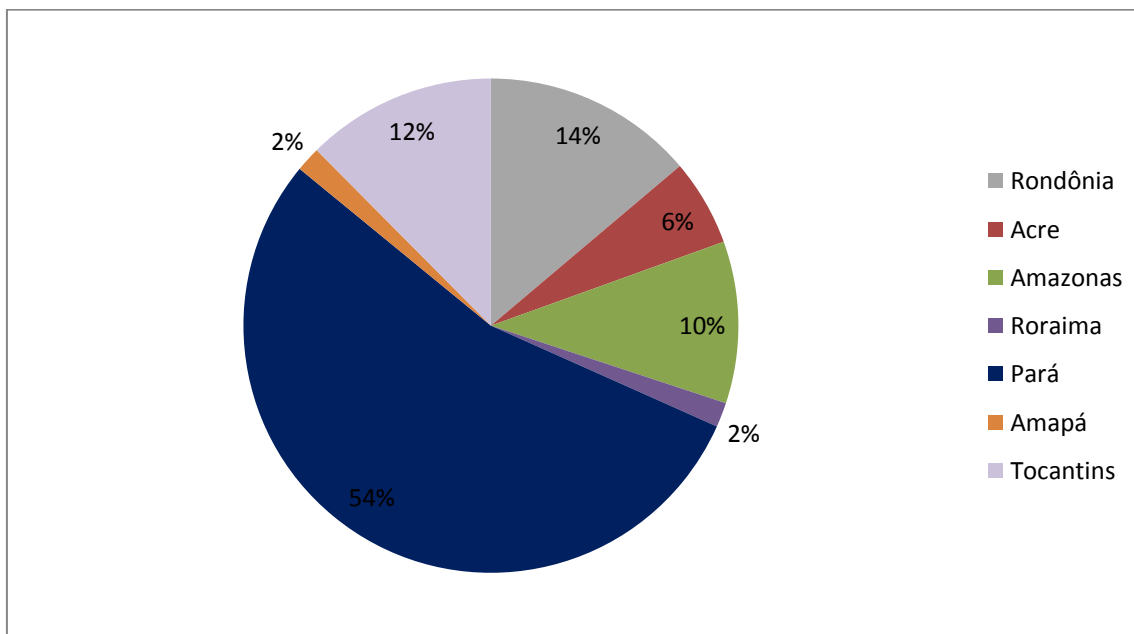
Com base no exposto, esperava-se que os QL apresentassem magnitudes menores, pois se pressupunha que os municípios do Amazonas teriam um padrão de distribuição mais parecido com o da área de referência em razão da restrição geográfica, o que não ocorreu, visto que apenas duas categorias de produção apresentaram redução na magnitude do QL (VP de Aves e Pequenos Animais).

Gráfico 08 – Participação do Valor de Produção Animal (grande porte, médio porte e pequeno porte) e Vegetal (lavoura permanente, lavoura temporária e horticultura) por regiões brasileiras.



Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no CENSO AGROPECUÁRIO 2006.

Gráfico 09 – Participação do Valor de Produção Animal (grande porte, médio porte e pequeno porte) e Vegetal (lavoura permanente, lavoura temporária e horticultura) por estados da região norte.



Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no CENSO AGROPECUÁRIO 2006.

Tabela 03 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção do Estado do Amazonas.

MUNICÍPIOS	QL - Valor de Produção em reais						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Alvarães	1,48	5,82	1,09	18,62	0,96	12,30	1,68
Amaturá	3,99	18,72	0,17		0,59	0,57	
Anamá	10,16	12,89	1,29	6,47	25,24	9,78	15,28
Anori	6,68	1,23	0,20		25,09	10,25	3,16
Apuí	24,51	24,56	2,39	0,50	2,84	4,36	6,53
Atalaia do Norte		10,11	1,52	1,67	2,42	4,76	25,24
Autazes	37,35	14,89	0,13		1,81	0,40	0,52
Barcelos		0,92	0,02		0,01	7,01	0,08
Barreirinha	18,74	8,49	3,11	0,17	0,83	2,54	2,91
Benjamin Constant	0,60	5,72	3,27	28,18	8,18	4,80	9,62
Beruri	1,79	0,24	0,17		37,93	8,31	3,18
Boa Vista do Ramos	10,06	9,14	0,20	0,33	1,41	1,44	0,43
Boca do Acre	8,58	5,31	1,12		3,31	3,89	4,78
Borba	2,08	4,45	0,24		7,21	10,05	1,60
Caapiranga	1,67	1,69	0,46		9,09	7,26	26,19
Canutama	10,83	6,60	0,25		0,58	4,93	0,16
Carauari	6,36	11,45	2,74	0,83	7,78	20,71	7,57
Careiro	20,64	60,86	3,45	97,72	6,12	24,03	1,64
Careiro da Várzea	77,49	14,27	0,37	0,13	15,24	3,98	174,19
Coari	0,07	0,32	0,10	0,06	0,76	1,18	0,37
Codajás	6,38	1,47	0,15	2,49	11,85	65,08	2,74
Eirunepé	7,04	12,50	11,47	1,06	3,60	19,17	4,90
Envira	33,52	34,47	12,55	0,30	5,89	43,28	11,15
Fonte Boa	1,76	1,76	0,08	0,94	1,78	8,10	4,15
Guajará	8,17	26,51	3,98	0,33	1,54	29,35	0,15
Humaitá	3,30	1,02	0,05		0,61	0,54	3,16
Ipixuna	7,49	11,28	0,66		0,96	7,52	0,57
Iranduba	2,84	2,50	2,79	4,95	32,44	3,05	44,70
Itacoatiara	9,12	5,28	0,47	0,22	5,64	1,76	3,61
Itamarati	5,74	9,39	0,81	0,71	2,33	16,73	1,25
Itapiranga	5,19	3,87	0,04			1,17	
Japurá	1,79	2,76	0,28		2,36	5,49	0,46
Juruá	3,38	3,90			0,13	10,35	0,42
Jutaí	4,39	18,32	12,46		11,67	10,99	4,08
Lábrea	40,32	15,99	3,56		2,94	8,79	4,75
Manacapuru	4,18	3,03	0,70	7,81	21,49	7,77	16,31

Tabela 03 - Quociente Locacional segundo categorias amplas de produção com referência na produção do Estado do Amazonas.

MUNICÍPIOS	QL - Valor de Produção em reais						
	Animal - de grande porte	Animal - de médio porte	Animal - aves	Animal - pequenos animais	Vegetal - lavouras permanentes	Vegetal - lavouras temporárias	Vegetal - horticultura
Manaquiri	8,28	1,73	0,04		2,18	20,03	36,21
Manaus	0,02	0,16	0,56	0,06	0,18	0,00	0,06
Manicoré	11,50	13,74	0,88		18,93	6,00	2,56
Maraã	1,06	5,01	0,14	0,47	15,26	6,22	3,46
Maués	2,80	6,79	1,26	0,04	7,28	4,88	3,15
Nhamundá	21,84	8,84	1,92		3,03	3,88	4,25
Nova Olinda do Norte	2,85	1,73	0,25		0,71	0,10	0,64
Novo Airão	1,03	2,44	0,69		0,64	11,37	4,78
Novo Aripuanã	4,66	8,40	0,39		18,22	5,15	0,79
Parintins	22,01	15,32	45,36	21,73	1,59	20,91	10,05
Pauini	4,39	3,85	1,23		1,79	19,36	4,49
Presidente Figueiredo	4,79	5,40	1,20	2,98	3,38	2,04	5,90
Rio Preto da Eva	4,04	10,34	46,73	228,90	51,20	5,71	21,38
Santa Isabel do Rio			0,12		0,41	26,14	
Santo Antônio do Içá	2,38	9,71	1,06		6,58	14,27	1,36
São Gabriel da	0,10		0,07		0,12	1,29	2,04
São Paulo de Olivença	0,49	1,32	0,14	0,49	17,87	47,95	0,65
São Sebastião do	7,98	3,42	0,95		2,06	4,42	0,41
Silves	13,34	11,19	0,97		1,64	5,81	7,45
Tabatinga	0,11	0,35	0,72	1,05	4,19	2,78	0,50
Tapauá	0,82	0,82	3,74		0,55	9,51	
Tefé	0,86	2,35	0,33		2,26	9,52	7,84
Tonantins	1,61	0,52	0,04		0,33	6,55	0,21
Uarini	1,12	2,74	0,26	4,47	17,82	0,87	0,14
Urucará	5,90	6,11	1,57		0,60	1,10	1,05
Urucurituba	14,36	6,61	0,46		4,99	1,00	0,13

Nota: Os campos em branco são para os quais não havia dados disponíveis sobre a produção para o município no Censo Agropecuário 2006.

Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

Com base nos dados organizados na Tabela 03, verifica-se que todas as produções analisadas apresentaram o QL superior à unidade. Com relação ao caso particular da horticultura, conjecturava-se seu QL seria maior que 01 em relação às 03 áreas de referência. Esta ilação tem por base o fato de que a dinâmica da produção desse gênero agrícola induziria o estabelecimento dos produtores vinculados a este segmento, principalmente, da olericultura, a se concentrarem em áreas contíguas às localidades mais densamente povoadas. Esta hipótese se confirma quando da observação do alto QL dos municípios Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva.

Segundo dados do IBGE, especificamente nas Contas Regionais, a economia do setor agropecuário amazonense apresentou declínio de aproximadamente 6% entre os anos de 2006 e 2007, parte dessa queda é explicada pelo decréscimo na produção do principal componente da produção agropecuária amazonense, qual seja, o de lavouras temporárias, respondendo aproximadamente 50% da produção do estado do Amazonas, dentro do qual se destaca o cultivo da mandioca, que entre os anos acima referidos sofreu um arrefecimento na ordem de 12%. Isto posto, considerando a importância da produção da lavoura temporária para agropecuária amazonense, já se esperava que os indicadores dos municípios retornassem valores menos expressivos em razão de uma distribuição relativamente mais homogênea do cultivo da mandioca pelo estado.

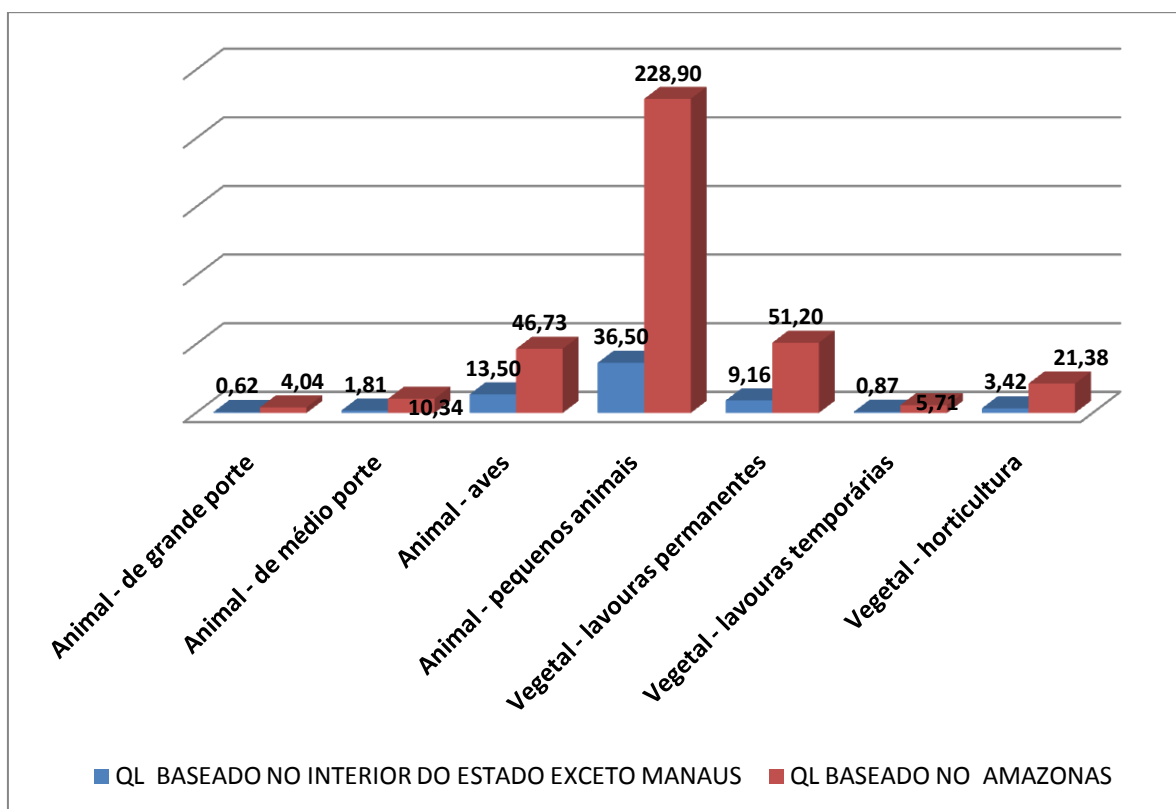
Partindo das informações colhidas no Censo Agropecuário 2006, mais de 80% do VP agropecuário estadual advém da produção vegetal (445.101.000,00 milhões de reais), e como já se destacou, a lavoura temporária, cuja maior expressão é a produção de mandioca, é responsável pela maior parcela desse montante. O município amazonense com o maior VP para lavoura temporária foi Parintins, apurado em 45.209.000,00 milhões de reais, no entanto, em decorrência da elevada distribuição deste tipo de produção por todo o estado, esta cifra representa pouco mais de 10% da

VP da lavoura temporária amazonense. Esta peculiaridade na distribuição da lavoura temporária explica a proximidade na magnitude dos QL calculados, no entanto, curiosamente, Manaus apresentou o QL mais baixo (0,04), o que pode ser explicado pelo fato do VP da lavoura temporária da capital apurado em 854,00 mil reais, ser o segundo menor componente de sua produção agropecuária. Aduza-se, oportunamente, que o maior VP no caso de Manaus, é o da produção animal, com maior peso advindo do VP de Aves, distinguindo-se do contexto estadual. O município de Rio Preto da Eva apresentou o QL da Lavoura Temporária abaixo da média em relação aos demais municípios amazonenses (5,41), uma explicação para esta observação é que, embora a produção vegetal tenha maior na composição do seu VP agropecuário, este se assenta de forma mais acentuada na lavoura permanente (8.378,00 milhões de reais), sendo que, o segundo maior componente do seu VP agropecuário pertence ao segmento animal, no caso, o de pequenos animais, o mais elevado em comparação aos demais municípios amazonense (6.805,00 milhões de reais ou 42% da produção do Amazonas), demonstrando um padrão de distribuição das atividades agropecuárias distinto da configuração estadual.

O VP da horticultura no contexto estadual (18.038,00 milhões de reais), está abaixo do VP das Lavouras Permanente e Temporária, sendo o terceiro menor componente dentre todos os segmentos analisados. O VP em que a horticultura se sobressai é no município de Careiro da Várzea (4.698,00 milhões de reais), o que representa mais de 30% do VP da horticultura amazonense, o que justifica o alto valor do QL para o VP da Horticultura em Careiro da Várzea, o qual se sobressaiu em relação aos demais municípios amazonenses para os cálculos nos 03 contextos de maior amplitude.

O segmento da Lavoura Permanente se constitui no segundo segmento de maior importância para economia agropecuária amazonense, contribuindo com a monta de 87.635,00 milhões de reais para composição do VP agrícola total do Amazonas. No caso específico de Rio Preto da Eva, o segmento Lavoura Permanente é mais elevado, como já foi exposto, sendo o município o detentor do terceiro maior VP do estado (9% do VP da Lavoura Permanente Amazonense). Finalmente, é necessário ainda, aventar o bom desempenho que o QL (46,73) para o VP Animal de Aves, haja vista o fato de que o município possui o terceiro maior VP do estado (equivalente a aproximadamente 8% do VP para o segmento), desse modo, caberia classificar este ramo como potencialmente importante para Rio Preto da Eva.

Gráfico 10 – Quociente Locacional do município de Rio Preto da Eva com referência em todo o Amazonas exceto Manaus.



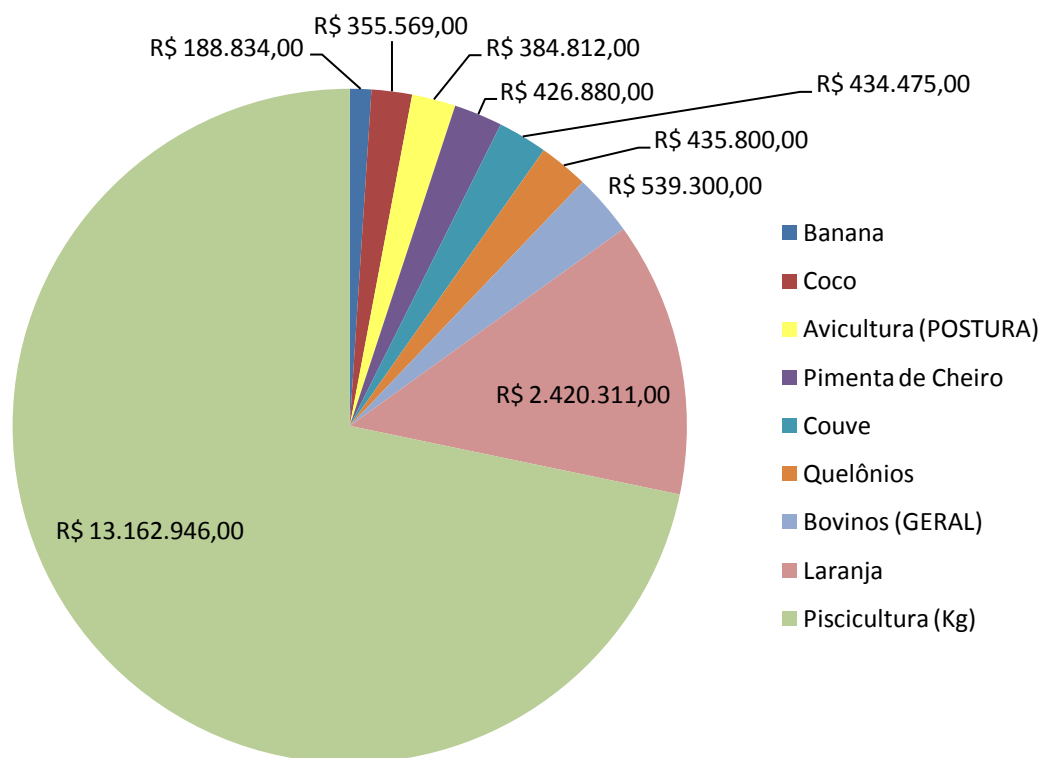
Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

No cálculo do Quociente Locacional tomando como referência o estado do Amazonas, foi incluído no cálculo os valores de produção de Manaus, todavia, foi efetuado um segundo cálculo suprimindo os valores relativos a capital, baseando-se tão somente no interior do estado, neste sentido, foi verificado uma significativa alteração nas magnitudes dos QL, conforme Gráfico 10. Embora tenha ocorrido uma alteração expressiva no valor absoluto dos indicadores, manteve destaque as produções de aves, pequenos animais, lavoura permanente e horticultura. Os Quocientes Locacionais calculados com base no interior sofreram uma retração em razão da redução do valor de produção total do estado, haja vista que mais de 80% do VP estadual está calcado no VP da capital, logo a redução do VP total se reflete no aumento do valor relativo das diversas categorias de produção no contexto estadual frente ao local, ocasionando a diminuição do quociente da relação peso relativo da produção em nível local sobre o estadual.

4.3 O CASO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA

Como já foi mencionado neste trabalho, destacou-se o desempenho do QL VP Pequenos Animais, no qual, está incluída a produção aquícola, que, por sua vez, alberga a piscicultura. Como já foi colocado, a partir dos dados do acompanhamento da produção do DAS mantidos pela SUFRAMA, a produção desta atividade representa uma expressiva parcela do faturamento bruto do DAS, como está indicado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Faturamento Bruto dos principais cultivos e criações do DAS referente ao ano de 2008.

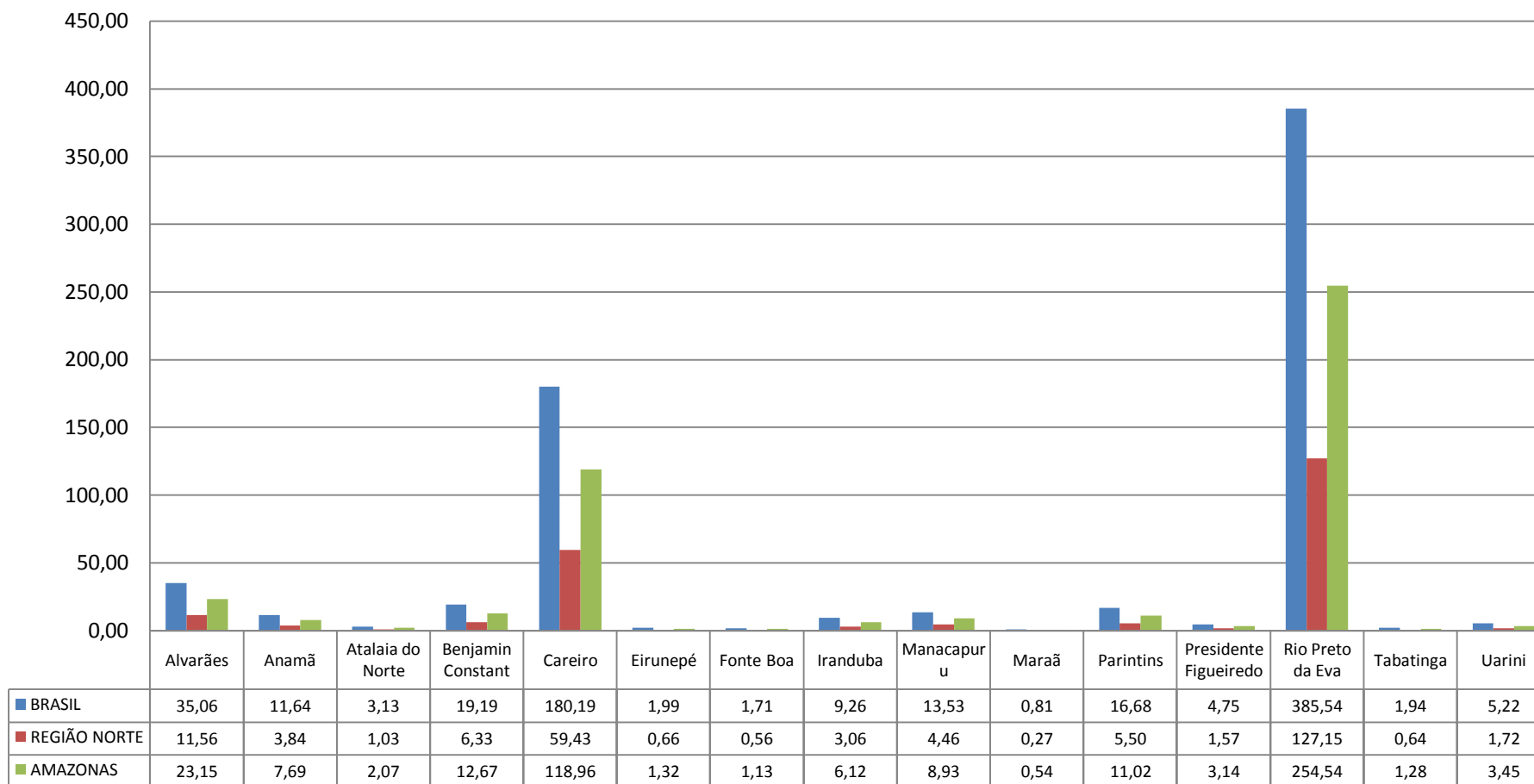


Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos junto à SUFRAMA.

Em razão desta constatação, buscamos avaliar o QL especificamente para esta categoria de produção, cujo resultado pode ser visualizado no Gráfico 11. Infere-se com base no resultado que a proximidade geográfica em relação a um importante centro consumidor (Manaus) é um elemento importante na localização deste segmento da produção, por conta de o indicador demonstrar uma elevada concentração da produção em Rio Preto da Eva.

Todavia, cabe esclarecer, que não foi possível, a partir dos dados disponibilizados no Censo Agropecuário 2006, analisar isoladamente a piscicultura, destarte, portanto, foram utilizadas às informações referente à aquíicultura.

Gráfico 12 – Quociente Locacional do Valor de Produção da Aquicultura com referência no Brasil, na Região Norte e no Amazonas.



Nota: Neste gráfico, constam apenas os município com QL maior que zero.

Fonte: Resultado da Pesquisa baseada no Censo Agropecuário 2006, nas Contas Regionais do Brasil 2003-2006 e no PIB dos Municípios 2003-2007 - IBGE.

CONCLUSÃO

Como já foi mais de uma vez mencionado, a escolha do objeto de estudo enfocado neste trabalho, se deu, principalmente, em razão da proximidade geográfica entre Manaus e Rio Preto da Eva e a conseqüente relação de complementaridade entre as localidades no sentido de uma maior concentração de atividades agropecuárias neste último, cuja produção excedente destine-se ao abastecimento do primeiro, e, por outra via, o município de Rio preto da Eva importe produtos manufaturados para reposição de estoques no mercado de Manaus. Com base nos resultados esta hipótese foi validada, haja vista o Quociente locacional alto para Rio Preto da Eva em relação à Manaus no que se refere ao Valor Adicionado para a Agropecuária e baixo para o Valor Adicionado da Indústria em comparação com a capital amazonense. Com relação ao setor de serviços também pode ser inferida à existência de uma relação de complementaridade, considerando o QL mais elevado de Manaus em relação à Rio Preto da Eva.

Outro ponto que foi considerado na escolha do tema deste trabalho foi à sobreposição de uma parcela da área que compõe o Distrito Agropecuário da SUFRAMA em relação à Rio Preto da Eva, cuja infra-estrutura certamente manteve, em alguma medida, influência na formação da estrutura produtiva e econômica do município. O DAS foi criado com concepção de inserir no contexto regional uma cultura agropecuária, bem como servir de modelo para agricultura de terras firme na região, com a finalidade de que fosse conhecida a viabilidade técnica e econômica das mais diversas formas de exploração agrícolas, e os resultados visualizados poderiam ser estendidos para a ocupação agropecuária em escala regional. Todavia, obstáculos de diversas ordens, impediram o alcance de tais objetivos, dentre os quais podemos citar: a inaptidão das terras para a atividade agrícola, o uso especulativo da terra, a falta de crédito, problemas fundiários, infra-estrutura deficiente, carência de tecnologias capazes

de coadunar as atividades agrícolas com as particularidades amazônicas (principalmente durante as últimas duas décadas) e o afastamento da visão do setor agropecuário como setor estratégico apto a implementar na região o desenvolvimento.

Com base nos resultados obtidos, pode-se afirmar que a maior contribuição para o município de Rio Preto da Eva advindo implantação do DAS, relaciona-se mais com a sua emancipação como ente político do que especificamente com a formação de sua estrutura produtiva, em que pesem os resultados importantes no que se refere à concentração de determinadas categorias produtivas afetas ao setor agropecuário. Ainda assim, é mais provável que o desempenho demonstrado pelo alto Quociente Locacional de vários grupos de produção se deva principalmente por conta de sua localização privilegiada em relação à Manaus, visto que a proximidade com a capital é um elemento que proporciona grandes vantagens à produção e escoamento de gêneros alimentares agropecuários oriundos de Rio preto da Eva.

O fato de a economia do estado do Amazonas estar fortemente refletida na economia da capital, portanto, ter uma acentuada base industrial, e os demais municípios terem suas economias mais vinculadas ao setor agropecuário, ocasiona que a economia de Manaus apresente uma estrutura complementar em relação às localidades do interior, logo, tornou-se necessária a identificação, dentro do segmento agropecuário, dos padrões de especialização de Rio Preto da Eva em relação aos outros municípios, neste sentido, foram identificados com alto QL os valores de produção da piscicultura, criação de animais de pequeno porte, criação de aves, horticultura e lavoura permanente (principalmente a produção de laranja). Supõe-se que uma elevação da renda ou da densidade populacional em Manaus dinamizaria a economia de Rio Preto da Eva, a partir do aumento na demanda por estes bens agropecuários, não deixando de

considerar, evidentemente, o que já se sabe sobre a elasticidade desses bens, o que certamente restringiria este efeito.

Com relação à piscicultura em Rio Preto da Eva, além da proximidade com um mercado consumidor, uma outra explicação para o seu dinamismo em Rio Preto da Eva, seria o estímulo recebido de certas políticas públicas que busquem amenizar a irregularidade na oferta do peixe, e, conseqüentemente, oscilações no seu preço, contrabalançando os efeitos da sazonalidade, não deixando de mencionar que esta atividade pode ter um importante papel no aumento da renda familiar agrícola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB, CIRAD, Embrapa, 2002. p. 113-128.
- ALVES, E., LOPES, M., CONTINI, E. **O Empobrecimento da Agricultura Brasileira**. Revista de política agrícola. vol. 6, n. 1, p. 5-19, 1999.
- ALVES, Luiz Batista. **Riscos e Benefícios na Utilização de Recursos do Pronaf de 1998 a 2005: Uma Proposta de um Programa de Garantia de Renda**. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2008, Rio Branco - AC. Amazônia, Mudanças Globais E Agronegócios: O Desenvolvimento em Questão, 2008.
- BACHA, Carlos José Caetano e BRUGNARO, Ricardo. **Análise da participação Agropecuária no PIB do Brasil de 1986 a 2004**. Estudos Econômicos. vol. 39, nº 01, p. 127-159, São Paulo, 2009.
- BALSAN, Rosane. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira**. Revista de Geografia Agrária. V. 1, nº 02, p. 123-151, Rio Grande. 2006.
- BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo. **Influência da Tecnologia e de Fatores Macroeconômicos sobre a Agricultura**. Curitiba, CMDE/UFPR. 2000. Disponível em: < <http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/textos.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- CARNEIRO, M. J. **Política Pública e Agricultura Familiar: Uma Leitura do PRONAF**. Estudos, Sociedade e Agricultura. 1997.
- CONCEIÇÃO, Pedro H. Zuchi da; CONCEIÇÃO, Junia C. P. Rodrigues da. **Uma Revisita ao Tema das Funções da Agricultura no Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/475.pdf> Acesso em: 03 de agosto de 2009.
- FERREIRA, B.; BALSADI, O. V.; FREITAS, R. E. ; ALMEIDA, A. N. **Ocupações Agrícolas e Não Agrícolas: Trajetória e Rendimentos No Meio Rural Brasileiro**. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza/CE. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.
- FREITAS, Claílton Ataíde de; BACHA, Carlos José Caetano e FOSSATI, Daniele Maria. **Avaliação do Desenvolvimento do Setor Agropecuário no Brasil: Período de 1970 A 2000**. Revista Economia e Sociedade, Campinas v. 16, nº 01, p. 11-124, 2007.
- GARAGORRY, F.L.; ALVES, E. ; SOUZA, G. da S. e. **Tipos de Especialização na Agricultura Brasileira**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 337-368, 2003.

GASQUES, J. G.; VERDE, V.; M, C. **Crescimento da Agricultura e Política Agrícola Nos Anos Oitenta**. Agricultura em Sao Paulo, v. 37, n. 1, p. 183-206, 1990.

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia C.P.R. da. **Transformações Estruturais da Agricultura e da Produtividade Total dos Fatores**. Brasília: IPEA, 2000. Texto para discussão n.768.

GUANZIROLI, Carlos, *et al.* **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. São Paulo, Garamond/FAO/MDA, 2001.

HOMEM DE MELO, F. B. **A Abertura Comercial e o Papel dos Aumentos de Produtividade na Agricultura Brasileira**. Instituto Futuro Brasil – IFB, 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em 19 nov. 2009.

IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2003-2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/default.shtm>. Acesso em 16 jan. 2010.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 2008**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em 22 jan. 2010.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 2008**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em 20 jan. 2010.

IBGE. **PIB dos Municípios 2003-2007**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/default.sh tmp>. Acesso em 16 jan. 2010.

ITRIA, A.; REYDON, Bastiaan Philip; PLATA, Ludwig e A; BUENO, Ana Karina. **A Relação Inversa entre a Dimensão e o Preço da Terra Rural: Um Estudo Econométrico para o Brasil**. Anais da Sober, 2004.

KOHLHEPP, Gerd. **Desafios à ciência e às políticas de desenvolvimento regional: reflexões e recomendações sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia**. Revista Estudos Avançados, v. 3, nº 7, p. 183-99, 1989.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PEREIRA, S. M.; SOUZA, E. C. de; JONER, P. R.; CAMARGO, A.; RODRIGUES, E. J. ; ANDRADE, P. E. P. **O uso das terras no sul do Brasil: uma análise a partir de indicadores de localização**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 44, p. 677-694, 2006.

LINHARES, R. **A Questão Agroecológica no Brasil — Análise Histórica e Perspectivas**. (Tese de Doutorado) Campinas, SP: IE/Unicamp, 2002.

HADDAD, P. R. **Medidas de localização e de especialização**. In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB/ETENE, 1989. p. 225-248.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estudo e Questão Agrária**. Estudos avançados, São Paulo, USP, v.3, n.7, p. 87-108, set./dez, 1989.

RAMOS, Pedro. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro Políticas, Instituições e Perspectivas**. Brasília: NEAD, 2007, v. 1, Disponível em: <http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=345>. Acesso em 19 nov. 2009.

REYDON, B. P.; PLATA, L. E. A. **A evolução do preço da terra no Brasil**. Revista de Agricultura (Piracicaba), v. 1, n. 1, 2001.

RODRIGUES, R. V.; TEIXEIRA, E. C.; CASTRO, E. R. **Avaliação de uma política de estabilização de renda para a Agricultura Familiar**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, p. 139-162, 2007.

SARRIS, Alexander H. **O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico e na Diminuição da Pobreza: Uma Base Empírica e Conceitual**. Atenas: Universidade de Atenas, janeiro/2001. JEL: Q1, I32, E2. Disponível em: <www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=46>. Acesso: 27 jul. 2009.

SCHENEIDER, S.A. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista brasileira de ciências sociais, Vol. 18, Nº 51, São Paulo. 2003.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Brasiliense, São Paulo, 1980, p.14-17.

SOUZA, E. C. de; GOMES, M. F. M.; LÍRIO, V. S. **Análise locacional da produção vegetal nas mesorregiões geográficas paranaenses**. Redes (Santa Cruz do Sul), v. 12, p. 58-73, 2007.

SOUZA, Paulo Marcelo de, LIMA, João Eustáquio de. **Intensidade e Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação**. Rev. Bras. Econ. [online]. 2003, vol.57, n.4, pp. 795-824.

SUFRAMA. **Avaliação do Distrito Agropecuário da Suframa – Relatório**, 1983. 162 p.

VEIGA, José Eli. **O Brasil Rural Ainda não Encontrou seu Eixo de Desenvolvimento**. Estudos Avançados, 43, Set.-Dezembro 2001, pp. 101-119.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Emergência de uma Nova Ruralidade Nas Sociedades Modernas Avançadas O “Rural” Como Espaço Singular e Coletivo**. In: Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 15 (87-145), outubro de 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)